

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

DÊNIS DAVI DE OLIVEIRA DECUSSATTI

**DESENVOLVIMENTO, TURISMO E QUALIDADE DE VIDA: UMA
ANÁLISE DO PARQUE ESTADUAL PEDRA
DA BOCA – ARARUNA/PB**

Campina Grande, 2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – UEPB/UFCG

**Desenvolvimento, turismo e qualidade de vida: uma análise do
Parque Estadual Pedra da Boca – Araruna/PB**

Dênis Davi de Oliveira Decussatti

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Dilma Simões Brasileiro

Campina Grande, 2013

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

D298d Decussatti, Dênis Davi de Oliveira.
Desenvolvimento, turismo e qualidade de vida: uma análise do Parque Estadual Pedra da Boca - Araruna/PB. [manuscrito] / Dênis Davi de Oliveira Decussatti. – 2013.
110 f. : il. color.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2013.

“Orientação: Profa. Dra. Maria Dilma Simões Brasileiro, Universidade Federal da Paraíba.”

1. Desenvolvimento regional. 2. Qualidade de vida. 3. Turismo. I. Título.

21. ed. CDD 338.479

DÊNIS DAVI DE OLIVEIRA DECUSSATTI

DESENVOLVIMENTO, TURISMO E QUALIDADE DE VIDA: UMA
ANÁLISE DO PARQUE ESTADUAL PEDRA
DA BOCA – ARARUNA/PB

Dissertação apresentada no Programa de
Mestrado em Desenvolvimento Regional –
UEPB/UFCG como requisito para obtenção do
título de Mestre.

Data de defesa: 18 de abril de 2013

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Drº. Julio César Cabrera Medina
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Julio César Cabrera Medina

Presidente da banca

Prof. Drº. José Luciano Albino Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

José Luciano Albino Barbosa

Membro interno

Prof. Drº. George Emmanuel Cavalcanti de Miranda
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

George E. C. de Miranda

Membro externo

AGRADECIMENTOS

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

A Prof. Dra. Maria Dilma Simões Brasileiro, pelas valiosas orientações, revisões e compartilhamento de angústias durante o processo de amadurecimento acadêmico, que, sem dúvida, deram qualidade ao trabalho.

Aos meus pais, Amaro e Rejane, por transmitirem segurança nos momentos mais difíceis.

A minha avó Iva, por ter iniciado a construção de toda a família.

A Alessandra e Vinícius, por me despertarem para a importância de se fazer um mestrado.

A Adriana, por me inspirar com sua competência e dedicação aos estudos e trabalho.

As minhas sobrinhas Maria Alice e Victória, por me distraírem com seus desfiles intermináveis de suas bonecas.

EPÍGRAFE

“Dito isto, é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados” (CALVINO, I. 1990).

RESUMO

Nas discussões contemporâneas sobre desenvolvimento, o ser humano vem assumindo cada vez mais centralidade. Atento às questões socioculturais, os modelos de desenvolvimento da atualidade vêm criando políticas e programas, que buscam melhorias para a qualidade de vida da população local. O turismo revela-se como um exemplo de estratégia contemporânea desses modelos de desenvolvimento. Neste contexto, o Parque Estadual Pedra da Boca é criado na cidade de Araruna/PB como vetor de desenvolvimento e contribuição para a qualidade de vida dos moradores da região. Este estudo qualitativo, do tipo descritivo-exploratório, tem como objetivo compreender a contribuição da criação do Parque Estadual Pedra da Boca para a melhoria da qualidade de vida da população de Araruna/PB. Os sujeitos do estudo foram representantes do setor público, privado, terceiro setor e comunidade, utilizando a entrevista semi-estruturada para a coleta de dados. Para as análises dos dados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados do estudo constata a não participação da população de Araruna/PB nas decisões e ações relacionadas ao parque; a escassa utilização do parque, como espaço de lazer; o aumento da violência local e a proibição da agricultura e criações de animais na área conservada. Portanto, com base nos dados analisados, este estudo aponta que o Parque Estadual Pedra da Boca não tem contribuído para a qualidade de vida da população local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Local; Qualidade de Vida; Turismo; Parque Estadual Pedra da Boca; Áreas Protegidas.

ABSTRACT

In contemporary discussions about development, the human being has assumed increasingly centrality. Attentive to sociocultural issues, the development models of present are creating policies and programs that seek to improve the quality of life of local people. The Tourism reveals itself as an example of contemporary strategy of these models of development . In this context, the Pedra of Boca State Park is created in the city of Araruna / PB as a vector of development and contribution to the quality of life of regional residents. This qualitative study, type of descriptive and exploratory, has the objective to understand the contribution of the creation of Pedra of Boca State Park, to improve the quality of life of Araruna/PB population. The study subjects were representatives from the sector public, private, third sector and community, using semi-structured interviews to collect data. For the data analysis we used the technique of Content Analysis. The results of the study confirmed the non-participation of the population of Araruna/PB in decisions and actions related to the park, the scarce use of the park as recreational space; the increasing local violence and the prohibition of agriculture and animals creations in the conserved area. Therefore, based on the data analyzed, this study indicates that the Pedra of Boca State Park has not contributed to the quality of life of local population.

Keywords: Regional Development, Local Development, Quality of Life, Tourism, Pedra of Boca State Park; protected areas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Capela – Araruna/PB.....	52
FIGURA 2- Mapa da Paraíba – Unidades de Conservação.....	56
FIGURA 3- Formação Rochosa – PEPB.....	57
FIGURA 4- Santuário de Nossa Senhora de Fátima – PEPB.....	60

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Sujeitos de Pesquisa.....	20
--	-----------

LISTA DE SIGLAS

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH – M	Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal
ONU	Organização das Nações Unidas
PBTUR	Empresa Paraibana de Turismo S/A
PEPB	Parque Estadual Pedra da Boca
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

Resumo.....	5
Introdução.....	13
1. Desenvolvimento: do global ao regional.....	24
1.1 Um panorama nordestino e paraibano do desenvolvimento.....	28
2. A interface do turismo com o desenvolvimento.....	34
2.1 O turismo na Paraíba: um caminho para conservação dos espaços naturais.....	38
3. Desenvolvimento e qualidade de vida: em busca do elo perdido.....	43
3.1 Qualidade de vida e cultura: uma relação aproximada.....	47
4. Araruna: a história do município.....	52
4.1 A criação do Parque Estadual Pedra da Boca.....	54
4.2 Atividades do Parque Estadual Pedra da Boca.....	58
5. A criação do Parque Estadual Pedra da Boca e a participação dos araruenses.....	62
5.1 Sem terras: a história da desapropriação.....	64
5.2 A guarita: entre a proteção do parque e o afastamento dos moradores.....	67
6. Parque Estadual Pedra da Boca: o olhar dos moradores de Araruna/PB.....	71
6.1 Lazer e Turismo: uma contradição no Parque Estadual Pedra da Boca.....	72
6.2 Pedra santa: fé no Parque Estadual Pedra da Boca.....	77
7. Parque Estadual Pedra da Boca: do turismo à insegurança e cultivo proibido.....	83
7.1 Insegurança: efeito negativo para os moradores.....	84

7.2 Agricultura e criação de animais: da cerca para lá.....	89
8. Considerações finais	93
Bibliografia.....	97
Anexo A.....	108
Anexo B.....	110

INTRODUÇÃO

Desde o início da modernidade, historicamente as necessidades e anseios do ser humano foram ignorados, diante da valorização da racionalidade e a dimensão econômica da vida. O crescimento econômico, como base do modelo de desenvolvimento instituído nas sociedades modernas, coloca o ser humano em situação coadjuvante, na definição de metas e objetivos do desenvolvimento.

Negar ao ser humano o espaço central nas metas do desenvolvimento, em consequência da valorização econômica, significa não priorizar a qualidade de vida. Entretanto, em consequência da prioridade econômica, as desigualdades sociais tornaram-se mais evidentes. As disparidades entre países e regiões agravaram-se, tornando a desigualdade social um dos principais entraves a serem superados no mundo contemporâneo (SEN e KLIKSBURG, 2010).

Para Sen e Kliksberg (2010), a questão central ao se discutir o desenvolvimento não é se os países mais pobres recebem algum benefício com o modelo de valorização do crescimento econômico, mas se os benefícios gerados por este modelo estão sendo distribuídos de forma igualitária entre os países envolvidos. Esta discrepância na distribuição dos benefícios do desenvolvimento contribui para que a América Latina seja a região com maior desigualdade social do planeta (SEN e KLIKSBURG, 2010). Nas análises desses autores, propor estratégias que considerem o bem-estar dos latino-americanos consiste em uma atitude emergencial, visto que a expansão das desigualdades prejudica os setores mais necessitados desta região.

O aumento das desigualdades sociais despertou nos mais variados setores das sociedades, a necessidade de se repensar o bem-estar das pessoas, especialmente para as regiões mais afetadas por esta desigualdade, como é o caso da América Latina. Para Jannuzzi (2002), a necessidade de investir no bem-estar das sociedades tornou-se evidente, quando se avolumou o descompasso entre crescimento econômico e melhoria nas condições de vida da população de países menos desenvolvidos. Para este autor, os países menos desenvolvidos foram os mais prejudicados com a adoção do modelo de valorização do crescimento econômico, tornando a qualidade de vida da população em objetivos ainda mais distantes.

Especialmente para os países mais pobres, crescer economicamente não significou níveis crescentes de bem-estar social. Para Duarte e Ultramari (2011), este distanciamento nas condições sociais, especialmente na América Latina, criou a desconfiança de que este modelo de desenvolvimento não possui preocupações relacionadas à equidade social. Os êxitos obtidos por meio do crescimento econômico não se traduziram em sociedades igualitárias, social e economicamente. Mesmo os países crescendo economicamente, as diferenças sociais mantiveram-se, quando não, agravaram-se ainda mais.

O modelo de valorização do crescimento econômico deixa de ser incontestável, fazendo surgir preocupações relevantes às condições de vida que as sociedades se encontram. Nesta emergente perspectiva de valorização das questões sociais, Sachs (2009) aponta que a relevância social deve ser entendida como prioridade, por constituir-se a própria finalidade do desenvolvimento. Para este autor, a finalidade do desenvolvimento é proporcionar melhores condições de vida ao ser humano, e por isso, a relevância social deve ser entendida sempre como uma prioridade, pois de fato, ela representa o desenvolvimento. Nesta perspectiva, o ser humano gradativamente conquista seu espaço diante das políticas de desenvolvimento, que por sua vez, confirmam as preocupações em proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos.

No discurso em defesa de melhores condições de vida dos cidadãos, Sen (2000) ressalta a necessidade de promover as mínimas condições para investimentos nas capacidades e oportunidades dos atores sociais, implicando no favorecimento das liberdades individuais e, conseqüentemente, em maiores índices de desenvolvimento. Para o autor, um país não necessita se considerar desenvolvido, para posteriormente investir em sua população. Entender as necessidades da população e procurar satisfazê-las faz parte do processo de construção de uma nação mais desenvolvida. Sendo assim, a satisfação das necessidades da população favorece as liberdades individuais, colaborando na construção de um modelo de desenvolvimento mais equitativo.

A valorização das questões sociais faz emergir, portanto, um olhar mais criterioso sobre as condições de vida das populações. Na década de 80, o despertar de um modelo de desenvolvimento atento às questões sociais, influenciou na expansão dos estudos sobre essas problemáticas, emergindo assim, preocupações relacionadas à qualidade de vida das populações (JANNUZZI *et al.*, 2002). Desde

então, considerar a qualidade de vida dos cidadãos transformou-se condição primordial na definição de objetivos a serem alcançados ou preservados pelas políticas de desenvolvimento.

No Brasil, a Política Nacional do Desenvolvimento Regional (PNDR) (2007) confirma a crescente preocupação com as questões relacionadas à qualidade de vida. Entre os objetivos de promover a inserção social e estimular a participação do cidadão, a PNDR destaca a necessidade de contribuir para a melhor qualidade de vida da população brasileira. Estes objetivos revelam que as condições em que a população vive começam a ser determinantes na definição de metas de desenvolvimento da nação. Portanto, as estratégias que almejam maiores índices de desenvolvimento, embora ainda estejam muito arraigadas a uma concepção econômica, mostram sinais de busca pela promoção de qualidade de vida das pessoas.

Segundo Coriolano (2001), o turismo se destaca como um exemplo contemporâneo de estratégias de desenvolvimento, que pode promover a qualidade de vida de uma população. Para a autora, o turismo dinamiza a economia, preserva o patrimônio natural e histórico-cultural, valoriza o local, assim como pode contribuir para uma melhor qualidade de vida dos envolvidos.

O turismo, como alternativa que efetivamente gere contribuições na qualidade de vida da população local está voltado para as pequenas economias, grupos e comunidades (CORIOLANO, 2001). Diferente do turismo global, no turismo de escala local há uma descentralização da economia, tendo em vista a socialização das oportunidades criadas pelo segmento turístico. Esta participação ativa da comunidade, por meio de pequenos comércios e prestações de serviços, favorece a valorização do turismo em escala local.

As conquistas na qualidade de vida das comunidades que são destinos turísticos estão ligadas a uma perspectiva de valorização turística do local (CRUZ, 2008). Para esta afirmação, a autora faz uma comparação entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), reconhecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como um indicador de qualidade de vida, e o ranking do turismo internacional produzido pela Organização Mundial do Turismo (OMT). Baseado nesta comparação, a autora conclui que o turismo global não é o principal responsável pelo desenvolvimento social e humano de uma nação. As contribuições mais significativas para o desenvolvimento humano, contribuindo à

qualidade de vida das comunidades, ocorreram por meio do turismo alternativo de valorização à escala local.

Neste sentido, o turismo que valoriza a escala local considera o entendimento dos anseios e desejos da comunidade, em relação às estratégias de desenvolvimento. Por isso, entender as necessidades de uma comunidade possibilita a adequação de estratégias de desenvolvimento, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Conhecer as necessidades e anseios da comunidade contribui, assim, para elucidar questões valorativas que a comunidade possui sobre a vida, relevantes na criação de metas e estratégias de desenvolvimento.

A percepção que a população possui sobre qualidade de vida tem sido útil, principalmente quando utilizada como fonte de informação relevante para determinar as estratégias de garantir esta mesma qualidade de vida para a população (KARRUZ *et al.*, 2002). Cada comunidade possui uma visão específica dos valores que simbolizam seus desejos e anseios na construção e valoração da vida. Estes desejos variam de acordo com a cultura de cada região e, por isso, necessitam ser considerados nas estratégias de desenvolvimento de cada lugar.

Investir em qualidade de vida implica, portanto, investir nas necessidades e anseios da população, considerando assim as questões de caráter subjetivo relacionadas às percepções sobre a qualidade de vida. Para Minayo (2000), os debates de desenvolvimento e qualidade de vida necessitam de uma visão mais ampla, que extrapolem a discussão sobre a satisfação das necessidades básicas. A satisfação das necessidades básicas do ser humano oferece subsídios para gerar qualidade de vida nas comunidades, entretanto, não são suficientes para entender as percepções que a própria comunidade possui sobre o significado de qualidade de vida.

Superar o entendimento do conceito de qualidade de vida como uma estratégia de resolver as necessidades básicas emergenciais é compreendê-lo de forma mais ampla (BRASILEIRO *et al.*, 2001). Para as autoras, o conceito de qualidade de vida é aberto, dinâmico e subjetivo, considerando não apenas as condições objetivas de vida, mas também as percepções individuais. A qualidade de vida possui como premissa a satisfação das necessidades objetivas, mas não se pode abster das percepções subjetivas da população.

A qualidade de vida das comunidades, em suas percepções objetivas e subjetivas, pode ser estratégias de desenvolvimento por meio do turismo. Nesta visão, a efetiva participação das comunidades no desenvolvimento do turismo local revela-se essencial, pois a população local pode ser capaz de identificar os problemas e necessidades da comunidade, avaliar alternativas, desenvolver estratégias de proteção e valorização do patrimônio natural e cultural, sugerindo caminhos que levem a melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultura local e ao bem estar social (BURSZTYN, 2005).

Por meio do turismo, a Paraíba tem utilizado sua vocação natural, com o objetivo de gerar desenvolvimento para as cidades e regiões. As particularidades do estado, como seus ecossistemas, paisagens e cultura, têm despertando no turismo alternativo a possibilidade de desenvolvimento, com pretensões de assim, contribuir com a qualidade de vida da população local (FELIX, PIMENTA E SILVA, 2003).

Dentre as potencialidades turísticas do estado, o município de Araruna/PB encontra no turismo uma alternativa de desenvolvimento para a região. Situada no agreste paraibano, possuidora de um clima semiárido, baixa precipitação média anual e secas periódicas, Araruna/PB encontra na criação do Parque Estadual Pedra da Boca, a possibilidade de promover seu desenvolvimento.

Considerando a importância que a qualidade de vida assume nos discursos sobre desenvolvimento, e a relevância do turismo na promoção da qualidade de vida das comunidades que o promovem e, mais especificamente no caso de Araruna/PB, a importância que assume o PEPB para o desenvolvimento da região, este estudo questiona: a partir da perspectiva da população araruense, como tem contribuído o Parque Estadual Pedra da Boca para a qualidade de vida da população local?

Dada a importância do envolvimento da comunidade local, na definição e estratégias de desenvolvimento para a melhoria da qualidade de vida, este estudo ainda questiona: Como se deu o envolvimento da população de Araruna na criação do PEPB? Atualmente, o parque é considerado um dos principais destinos turísticos do estado (REGALA, 2011). Entretanto, a partir da criação do parque, quais as transformações ocorridas no cotidiano da população local? O que representa o parque para a população de Araruna?

Neste contexto, o objetivo do presente estudo é compreender a contribuição do Parque Estadual Pedra da Boca, para a melhoria da qualidade de vida da população de Araruna/PB. No intuito de contribuir para a compreensão das

transformações que o parque trouxe à vida dos araruenses, este estudo busca especificamente: Conhecer o envolvimento da população de Araruna/PB na criação e implementação do PEPB; Identificar as principais alterações que a criação do PEPB trouxe para o cotidiano dos araruenses; e Analisar o que representa o parque para a população de Araruna/PB.

Elucidar as percepções que possui a população local, sobre as vivências e realidades do seu cotidiano, como no caso do PEPB, implica em um estado de vigilância constante ao objeto pesquisado, conforme enfatiza Bardin (2011). Para a autora, a pesquisa científica necessita manter-se em um estado de vigilância crítica, evitando a compreensão espontânea e a leitura simples do real, indo muito além das aparências. Estas são características fundamentais para que a pesquisa possua um rigor científico e possa ir contra as evidências enganosas. O posicionamento de alerta da pesquisa em relação aos seus pressupostos legitima sua isenção, fortalecendo seu caráter não tendencioso. Neste sentido, a pesquisa busca por uma aplicabilidade, que acresça sua possibilidade de contribuição à ciência.

Com o reconhecimento da ciência frente ao contexto social, cresce a consciência e o compromisso de que a pesquisa, especialmente a qualitativa, é uma prática válida e necessária na construção da vida social (CHIZZOTTI, 2003). A pesquisa qualitativa vincula as investigações a uma abordagem mais compreensiva, flexiva e fenomenológica. Contudo, a subjetividade da exploração destas vias investigativas não irá furtar-se ao rigor da objetividade.

Para Godoy (2005), os estudos qualitativos possuem quatro características fundamentais: reconhece o pesquisador como principal instrumento na coleta de dados, pois este é o principal responsável por todo o material coletado necessário no desenvolvimento da pesquisa; entende que o processo de condução da pesquisa é essencialmente indutivo, ou seja, passa por uma construção de conceitos; considera que o resultado da pesquisa exige um relato descritivo detalhado e rico em relação ao problema de pesquisa, a fim de que este detalhamento possa contribuir a uma fácil compreensão da pesquisa desenvolvida. A quarta característica, por sua vez, busca à compreensão dos significados que as pessoas constroem sobre seu mundo e as experiências de vida, traduzindo estas experiências em contribuições pertinentes a questão de pesquisa.

Considerando estes pressupostos de pesquisa, este estudo procurou elucidar a percepção que os variados agentes sociais que compõem a sociedade de

Araruna/PB possuem sobre a melhoria da qualidade de vida da população local, após a criação do Parque Estadual Pedra da Boca (PEPB).

Segundo Pontual (2002), entender a percepção da população é fundamental para gerar novos significados sobre a qualidade de vida de uma população. A percepção de qualidade de vida varia de acordo com aspectos históricos e culturais de cada local. Devido a esta variação, para o autor, a qualidade de vida requer elementos ligados à subjetividade, agregando o diagnóstico de elementos vinculados aos desejos, aos medos e aos sonhos da população. A valorização desta visão subjetiva confirma a necessidade de entender a percepção que os indivíduos possuem da qualidade de vida própria de cada local. Neste sentido, os sujeitos desta pesquisa foram definidos pela representatividade que estas pessoas, escolhidas estrategicamente, possuem perante a população araruense.

Assim sendo, os sujeitos deste estudo foram representantes do setor público, privado, terceiro setor e a comunidade, perfazendo um total de 21 entrevistados. Como representantes do setor público foram entrevistados: 1. O coordenador de estudos ambientais da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), por possuir a incumbência de administrar e fiscalizar as Unidades de Conservação paraibanas, bem como, o PEPB; 2. O secretário de Turismo do município de Araruna/PB, por ser responsável pelo planejamento e promoção dos pontos turísticos araruenses; 3. O secretário de Desenvolvimento Social do município de Araruna/PB, por ser responsável por promover ações de uma melhor qualidade de vida para a população araruense.

No setor privado foram entrevistados três proprietários de pousadas do município, que por sua vez, beneficiam-se com o fluxo turístico do PEPB. Ainda em relação a este setor, constatou-se que nenhuma agência de turismo promove de forma regular pacotes turísticos para o PEPB. As excursões de visitação organizadas por agências de turismo acontecem esporadicamente, sem criar nenhuma relação de proximidade com a população do lugar.

O terceiro setor também está presente neste estudo, representado pela Paróquia de Araruna/PB e o presidente da Associação de Reciclagem do Município. Vale salientar que esta associação é a única presente em toda a cidade.

A comunidade local está representada neste estudo por um geógrafo; uma historiadora; uma das primeiras habitantes a residir próximo a Pedra da Boca, costureira da região; o primeiro a construir um comércio na região, dono do único

bar próximo ao parque; o único morador a construir um ponto de apoio ao turista; e oito famílias residentes nas proximidades do parque.

O quadro abaixo apresenta os sujeitos entrevistados para este estudo:

Quadro 1- Sujeitos de Pesquisa

SUJEITOS	Nº DE PESSOAS	FUNÇÕES
Setor Público	03	- Coordenador da SUDEMA - Secretário de Turismo de Araruna/PB - Secretário de Desenvolvimento Social de Araruna/PB
Setor Privado	03	- Proprietários de pousadas do município de Araruna/PB
Terceiro Setor	02	- Representante da Paróquia de Araruna/PB - Presidente da Associação de Reciclagem de Araruna/PB
Comunidade	13	- Geógrafo - Historiadora - Residente próximo a Pedra da Boca - Comerciante da região - Residente proprietário do ponto de apoio aos turistas - Oito famílias residentes nas proximidades do PEPB

FONTE: Elaboração própria

Objetivando uma forma flexível e confiável de obter informações sobre o objeto analisado, os dados foram coletados por meio da entrevista semi-estruturada. Esta técnica possui como vantagem, a elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas (BONI e QUARESMA, 2005).

As entrevistas também têm o objetivo de compreender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e a visão de mundo daqueles que estão sendo entrevistados (FRASER, 2004). Por meio da utilização deste instrumento de pesquisa, houve o estabelecimento de um diálogo amplo e aberto com o grupo pesquisado, percebendo as visões particulares em relação às questões propostas. Esta possibilidade de diálogo entre o entrevistador e entrevistado é

fundamental para um desenvolvimento eficaz da entrevista. Neste contexto, foram aplicados dois roteiros de entrevista pelo próprio pesquisador, em forma de entrevista pessoal. Um roteiro elaborado para o setor público e privado (ANEXO A), e outro para o terceiro setor e a comunidade (ANEXO B).

As entrevistadas foram aplicadas de 12 a 23 de novembro/2012, sendo pré-agendadas, realizadas no local de escolha e de maior conveniência para o entrevistado. Após a coleta de dados, as entrevistas foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Esta técnica objetiva esclarecer questões de relevância à ciência e à vida. Para a concretização deste objetivo, esta técnica possui variadas formas e possibilidades de análise, utilizando as comunicações como campo de atuação. Por meio destes campos, a Análise de Conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem histórica, psicológica, sociológica, entre outras, utilizando mecanismos de dedução, com base em indicadores reconstruídos. Como afirma Bardin (2011), a Análise de Conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimento sistemático e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não), que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BRADIN, 1977. p.44).

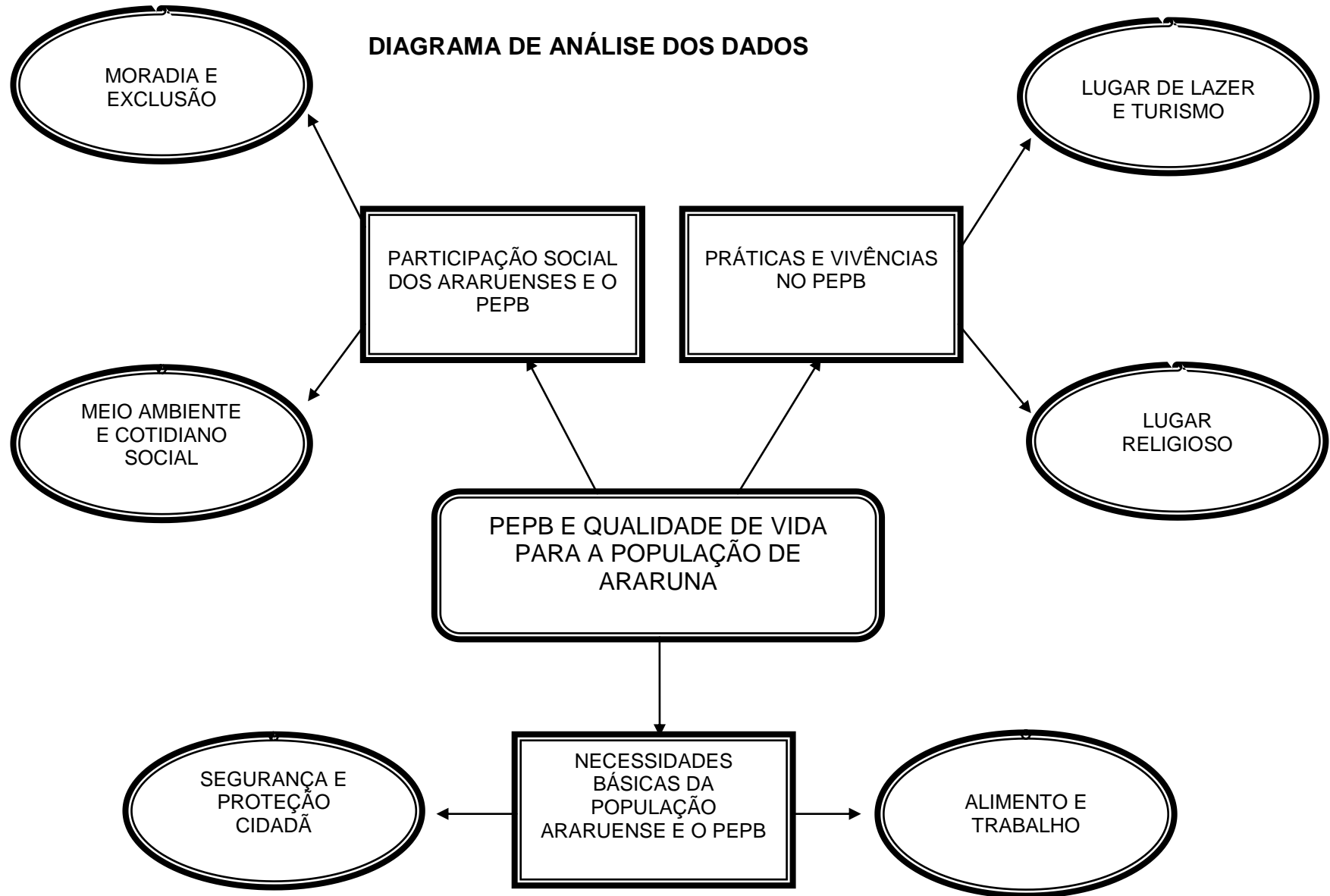
Com base em Bardin (2011), os dados deste estudo foram analisados em oito fases. São elas:

- 1ª FASE: Realização da transcrição das entrevistas;
- 2ª FASE: Acréscimo à transcrição, informações que não surgiram nas respostas diretas, entretanto, são relevantes à questão de pesquisa (emoções, excitação ou qualquer tipo de comportamento que mereça destaque, entretanto, não apareçam explícito nas respostas coletadas);
- 3ª FASE: Realização de uma leitura da transcrição das entrevistas, para a impregnação dos discursos dos sujeitos pesquisados;
- 4ª FASE: A partir desta leitura fluente se destacou os tópicos de maior importância de cada entrevista, segundo critérios de relevância dos discursos analisados;

- 5ª FASE: Agrupamento das entrevistas analisadas, segundo critérios de repetição de discurso, aproximando as entrevistas por ponto de vistas em comum, objetivando uma maior organização para as fases finais;
- 6ª FASE: Análise de cada grupo de entrevistas, com observações sobre aspectos de maior evidência em seus discursos, criando as subcategorias e destacando elementos essenciais à questão de pesquisa;
- 7ª FASE: Confronto dos grupos de entrevistas, a fim de comparar e categorizar os discursos, interpretando o material para responder as questões do estudo, por meio dos indicadores anteriormente definidos;
- 8ª FASE: Realização das observações conclusivas sobre a totalidade das entrevistas, fazendo emergir pontos importantes para a etapa conclusiva do estudo.

O diagrama abaixo representa graficamente o modelo utilizado para análise dos dados, com suas categorias e subcategorias:

DIAGRAMA DE ANÁLISE DOS DADOS



1. DESENVOLVIMENTO: DO GLOBAL AO REGIONAL

Historicamente, o conceito de desenvolvimento está relacionado ao crescimento econômico. Esta perspectiva de entender o desenvolvimento tem como base a crença de que os países alçariam melhores índices de desenvolvimento ao elevar sua riqueza. A valorização da dimensão econômica é, segundo este modelo, o mais apropriado e confiável, pois enriquecer tem o mesmo sentido de desenvolver-se. Com base nesta perspectiva, desenvolvimento e crescimento teriam a mesma finalidade, ou seja, encontrar nos recursos materiais e financeiros, a solução para as dificuldades vividas pelos países.

Segundo Becker e Wittmann (2008), esta relação entre crescimento econômico e desenvolvimento é consequência da forte influência do processo de industrialização. Este era um dos caminhos mais rápido e eficiente para o acúmulo de capital, favorecendo assim o desenvolvimento. Diante de um modelo de valorização da dimensão econômica, os países industrializados são os mais promissores, já que estes são os mais prósperos financeiramente e, portanto, propícios ao desenvolvimento.

Mesmo valendo-se da capacidade industrial como meio de enriquecimento, atribuir o desenvolvimento dos países ao crescimento econômico sugere controvérsias. A política de acúmulo de capital a qualquer custo não resultou necessariamente em países mais desenvolvidos. Transformar os países em nações mais ricas não gerou os resultados almejados. Muito pelo contrário, observou-se que o intenso crescimento econômico não se traduziu necessariamente em maior acesso as oportunidades de desenvolvimento (VEIGA, 2008). O modelo de desenvolvimento com base no crescimento econômico começa a ser questionado, por não oportunizar a todos os países esta possibilidade. Evidencia-se uma distribuição desigual destas oportunidades, agravando assim as antigas desigualdades já existentes.

Nesse sentido, Sen e Kliksberg (2010) apontam que a distribuição não equitativa dos benefícios do desenvolvimento gera um distanciamento ainda maior entre os países. Para os autores, a questão não é se os países mais pobres recebem algum benefício com o modelo vigente, mas se eles podem participar de forma igualitária, com oportunidades justas de desenvolvimento. Esses desequilíbrios nas oportunidades têm como consequência que algumas nações

menos desenvolvidas não podem obter o mesmo êxito que outras favorecidas por esse modelo de desenvolvimento.

O ato de desenvolver-se, associado ao crescimento econômico, está atrelado à expansão das relações de mercado. A melhor distribuição das oportunidades do desenvolvimento permanece inexistente, diante do anseio da expansão econômica dos países. A exaltação da dimensão econômica desperta nos países a ambição de acúmulo de capital, ofuscando a necessidade de repartição equitativa das oportunidades.

A adoção de um modelo que tem como prioridade os desafios econômicos trouxe consequências desiguais para todas as regiões do mundo, especialmente para América Latina. Os percentuais elevados de pobreza da América Latina, embora privilegiada em recursos naturais, com possibilidades amplas de desenvolvimento, é consequência desse modelo desigual e excludente (SEN e KLIKSBURG, 2010).

Esta disparidade entre os países foi agravada por influência da homogeneização das estratégias de desenvolvimento. A adoção de um modelo único, para as diferentes regiões do mundo, desconsiderando suas diversidades, necessidades e anseios, mostrou-se equivocado. Ignorar o contexto em que os países estão inseridos tem gerado resultados desastrosos, como a crescente desigualdade social.

A criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 1990, é um indicativo dessa inquietação em relação às diferenças sociais. A criação do IDH objetiva vincular o foco do desenvolvimento às políticas centradas no ser humano. Este índice é mensurado por meio de três componentes básicos do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.

Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012), a elaboração do índice teve como pressuposto o despertar para as questões sociais, além de oferecer um contraponto à valorização exclusiva da dimensão econômica. O IDH nasce em um contexto de relutância, quanto às significativas disparidades no grau de desenvolvimento, a fim de reduzir seus efeitos negativos. Existe uma preocupação em mensurar questões relacionadas ao nível de vida da sociedade e considerá-la a principal beneficiária do desenvolvimento.

Brand *et al.* (2007) considera que, mesmo o IDH não abrangendo todos os aspectos do desenvolvimento, tampouco representando o grau de satisfação

peçoal, é um marco na mudança de perspectiva de desenvolvimento, relacionando-o à escala humana. O ser humano começa assim a ser entendido como principal beneficiário. É por meio da melhoria das condições da vida humana, que o ser humano se torna um coparticipante no processo de desenvolvimento, o que caracteriza as condições fundamentais dessa nova concepção.

Abre-se caminho para uma perspectiva mais ampla dentro da discussão do desenvolvimento, a qual considera o nível de vida dos atores sociais como um indicativo deste novo paradigma. Nesse sentido, emerge uma preocupação em expandir as oportunidades sociais, favorecendo uma maior liberdade à população, traduzindo-se em maior probabilidade do seu envolvimento. Desde esta perspectiva, uma população com liberdade de possuir uma boa saúde e uma educação básica, as quais influenciam a liberdade substantiva do ser humano viver melhor, tende a uma maior participação nas decisões públicas (SEN, 2000). Ainda como afirma este autor,

As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (SEN, 2000, p.19).

Pensar em desenvolvimento é considerar à relevância do social. Como afirma Buarque (2008), a viabilidade da economia local e a conservação dos recursos naturais são salutares a este processo. Entretanto, elevar as oportunidades sociais é condição essencial a esta perspectiva. As estratégias de desenvolvimento são assim estimuladas, garantindo ao ser humano, simultaneamente a posição de agente e beneficiário. Portanto, o que torna o desenvolvimento justificável é a contribuição que essas estratégias trazem à sociedade.

Coriolano (2001) ressalta a importância da centralidade do humano, afirmando que promover o desenvolvimento direcionado ao ser humano é o maior desafio da atualidade. Entender o ser humano como centro da ação e assegurar uma vida digna e igualitária é o principal objetivo de uma estratégia de desenvolvimento humanizada.

Corroborando com Coriolano (2001), Cruz (2008) afirma que o pressuposto do desenvolvimento tem de ser humano e social. Essa concepção do desenvolvimento assegura a sociabilidade e o direito a uma vida digna a todos os

cidadãos, restaurando as falhas de um processo excludente. Estas são as adaptações de um modelo que busca firmar a relevância da sua sociedade.

Elevar o ser humano a centralidade nas discussões sobre desenvolvimento é a contrarresposta a um modelo que visa lucros imediatos e valoriza predominantemente a dimensão econômica. O acréscimo nas disparidades sociais torna esse modelo questionável, estimulando a busca de novas possibilidades de desenvolvimento, que possam corrigir falhas de um modelo excludente.

Diante dos efeitos maléficos desse modelo globalizado, há a necessidade de se atentar as particularidades de cada lugar. A realidade em que os países estão inseridos e suas especificidades tornam-se relevantes ao processo de desenvolvimento. Cada realidade há que descobrir as estratégias de desenvolvimento para cada país, região ou lugar. Neste sentido, se desperta a relevância da escala regional, a fim de se atentar a um maior detalhamento das necessidades e potencialidades de cada região.

Gil *et al.* (2009) e Zaoual (2008) analisam a escala regional como reação a um modelo globalizado. Nessa emergente perspectiva, evidenciar as particularidades regionais torna-se uma forma de se buscar o desenvolvimento na atualidade, por considerar as características e distinções de cada lugar. Respeitar as peculiaridades das regiões, com suas diversidades socioculturais, econômicas, políticas e geográficas é essencial, pois as regiões se diferenciam tanto quanto as suas necessidades individuais, como anseiam por perspectivas diferentes em relação ao futuro.

Após décadas de políticas de desenvolvimento, que concentram os efeitos positivos em algumas regiões mais privilegiadas, a escala regional surge como alternativa para as regiões menos favorecidas economicamente. Araújo (2006), ao analisar o desenvolvimento no âmbito regional, aponta para a possibilidade de estimular a descentralização dos benefícios gerados por um modelo mais igualitário. A questão regional é entendida como uma oportunidade de uma distribuição mais equitativa de desenvolvimento, tornando o processo mais justo, procurando combater os desequilíbrios regionais.

A reorganização das estratégias de desenvolvimento priorizando as questões regionais torna relevantes as características individualizadas e particularizadas de cada região. Sendo assim, ressaltar essas características é contribuir com as estratégias de cada local. Neste contexto, as desigualdades sociais, que é uma das

principais problemáticas do desenvolvimento contemporâneo, podem ser amenizadas com a adoção de medidas desta natureza.

Para Souza Filho (2001), as desigualdades sociais certamente são as barreiras que carecem ser superadas. Embora o desenvolvimento regional esteja constantemente aperfeiçoando-se, as desigualdades sociais, geradas por um modelo globalizado e excludente, são suas principais sequelas. Contornar as consequências de um modelo desequilibrado quanto à distribuição dos seus benefícios é condição fundamental do seu amadurecimento.

Com a meta de redução das desigualdades regionais, no Brasil é criada a Política Nacional do Desenvolvimento Regional. Esta política apresenta como objetivo central equilibrar as profundas desigualdades de nível de vida e oportunidades de desenvolvimento entre as diferentes regiões brasileiras (PNDR, 2007). A aproximação dessas diferenças regionais enfraquece suas discrepâncias e torna o modelo de desenvolvimento mais igualitário.

1.1 UM PANORAMA NORDESTINO E PARAIBANO DO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento representa uma utopia social por excelência. Mesmo que os objetivos e metas de uma determinada população estejam próximos de serem concretizados, certamente surgirão novas metas e anseios, transformando o desejo de desenvolvimento em algo insaciado. A ânsia de evoluir para condições de vida melhores está intrinsecamente relacionada ao ser humano e faz parte da sua organização social (BOISER, 2000).

Ainda que o desenvolvimento represente uma utopia social, é uma forma de aproximação de um grupo social às suas metas, anseios e objetivos. O desejo sempre permanente de novas metas encontra no desenvolvimento sua possibilidade de concretização, mesmo que essas metas sejam temporárias e posteriormente substituídas por outras mais audaciosas. É compreensível, portanto, que as populações nordestina e paraibana cobrem para o futuro situações mais favoráveis que as atuais.

Uma observação mais atenta sobre a realidade dessa região revela seu desfavorecimento em relação às demais regiões brasileiras. Há uma grande discrepância, quando observado a grande concentração de desigualdades sociais

na região Nordeste. É uma região que combina situações de pobreza e debilidade. O grau de urbanização do Nordeste é o mais baixo do país (50,4%) e o nível de educação precário, com cerca de 60% da população com menos de quatro anos de estudos (PNDR, 2007).

Estes dados evidenciam o Nordeste com os piores índices de desenvolvimento no território brasileiro. Certamente, esta situação desfavorável indica a necessidade de mudanças e transformações nesta região. Uma forma de estabelecer estas transformações é a valorização da sua população local. Com isso, há uma preocupação em projetar o desenvolvimento do Nordeste buscando acrescer os benefícios sociais.

A população nordestina historicamente associada à seca, escassez de alimentos e com restritas perspectivas futuras, possui no desenvolvimento regional uma estratégia concreta para a sua valorização. A relevância social necessária dentro do contexto de desenvolvimento regional vai muito mais além de uma simples valorização social. Neste caso, está relacionado principalmente ao resgate desta valorização perdida, por parte de uma região historicamente desfavorecida.

Segundo Sachs (2009), a relevância social deve ser compreendida como prioridade, por constituir-se como própria finalidade do desenvolvimento. Esta reflexão sobre a necessidade de se despertar para as condições de vida do homem nordestino perante o local de origem nos encaminha ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice, além de utilizado na Organização das Nações Unidas (ONU) para classificar seus países membros, permite comparações regionais e locais. Estas comparações são essenciais para diagnosticar as diferenças de uma região à outra. Através deste diagnóstico, é possível definir quais regiões apresentam um grau menor de desenvolvimento humano, permitindo direcionar estratégias que as retirem de sua situação desfavorecida, quando comparadas a outras regiões.

Atento às insistentes discrepâncias no território brasileiro, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aponta os estados nordestinos com os piores IDHs do país. Não há um estado nordestino com índice superior a outros estados das demais regiões brasileiras. O IDH da região Nordeste é de 0,720 (PNUD, 2012).

Este mesmo relatório faz comparações de IDHs entre os estados nacionais. Neste sentido, situar a Paraíba é importante para elucidar sua colocação e mensurar

o desenvolvimento da sua população local, comparado-a aos demais estados desse país. O IDH paraibano é 0,709 (PNUD, 2012). O estado é o vigésimo quarto colocado entre os estados brasileiros. Situando-o na região nordestina, é o quarto pior colocado, superando apenas Piauí, Maranhão e Alagoas.

O IDH é mais um instrumento de mensuração, criado com o intuito de se contrapor a uma excessiva valorização econômica e colocando em evidência a dimensão social. Embora o IDH pareça imperfeito ao reduzir a realidade complexa sobre desenvolvimento humano em um único número, ele é um índice de desenvolvimento atento as emergentes preocupações sociais (BRAGA *et al.*, 2004). Com a atual tendência da escala regional em concentrar-se nos benefícios do ser humano, mensurar o desenvolvimento nordestino a partir desta perspectiva é fundamental no sentido de fortalecê-la.

Sendo assim, ter como referência o ser humano como o principal beneficiário desse desenvolvimento implica que a mensuração do processo esteja atenta às melhorias da sua condição de vida. Contribuindo com esta perspectiva de benfeitorias a vida humana, Sen e Kliksberg (2010) somam a esta quantificação a presença da saúde e educação, como referências na mensuração do desenvolvimento e como meios decisivos para sua obtenção.

Saúde e educação são as respostas para as estratégias de um modelo de desenvolvimento inteligível e humanizado. Investir nestas condições básicas da vida humana tem se revelado uma forte alternativa de desenvolvimento (SEN, 2000). Com isso, quantificar o desenvolvimento nordestino e paraibano a partir desta perspectiva é pensar em outra perspectiva de desenvolvimento.

Nesse sentido, a mensuração da educação básica na região Nordeste é pertinente para alguns apontamentos. Em uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a educação, o Brasil possui 9,7% da população, igual ou superior a quinze anos, em estado de analfabetismo. Suas maiores concentrações estão localizadas na região Nordeste, com 18,7% (IBGE, 2010). A desvantagem da região nordestina é nítida, quando comparada à região sul, com apenas 5,5% da população analfabeta.

Na Paraíba, o índice de analfabetismo soma 21,9%. Esse percentual é alto, por ser maior que a média da região Nordeste e superar em duas vezes a média nacional. Em um comparativo com os demais estados desta região, o estado paraibano supera apenas os estados de Alagoas e Piauí (IBGE, 2010). Como a

região Nordeste é a de maior concentração de analfabetismo e a Paraíba um dos estados com maiores índices de analfabetismo da sua região, estes dados mostram o nível de desenvolvimento em que se encontra atualmente esta região e este Estado.

A educação é parte constituinte do desenvolvimento humano. Seus baixos índices comprometem o desenvolvimento dos cidadãos e conseqüentemente o desenvolvimento de toda região. Elevar os níveis educacionais, assim como de saúde, significa fornecer as necessidades básicas do ser humano e expandir suas liberdades, para que possa desenvolver-se como pessoa e, conseqüentemente, contribuir ao desenvolvimento (ANTUNES, 2008; SEN, 2000).

Como a educação, a saúde também traz implicações para uma política de desenvolvimento. O restrito acesso aos serviços de saúde desencadeia em uma luta contra a morbidez e a morte prematura. Segundo Siedenberg (2003), os índices de mortalidade infantil estão diretamente relacionados à saúde da população. Seus valores representam níveis de saúde e condições de vida de um determinado grupo social. Analisado a partir destes índices de mortalidade infantil, o Nordeste novamente é a último colocado comparado às demais regiões do país. Em seu território, 33,2 crianças morrem para cada mil crianças nascidas. Os índices do estado paraibano são igualmente preocupantes, com 35,2 crianças. Do mesmo modo, os índices desse estado superam os da região Nordeste. Nesta análise, a Paraíba supera apenas os estados de Pernambuco, Maranhão e Alagoas (IBGE, 2010).

Sucumbir à morte prematura é uma transgressão ao direito do cidadão de usufruir a própria vida. Esses altos índices da região Nordeste, como do estado paraibano, certamente são um obstáculo ao seu desenvolvimento, no sentido de comprometer o futuro dos cidadãos. Sen (2000) confirma esta análise, ao assegurar que a mortalidade infantil é um desafio a condição básica do ser humano, no seu direito da sobrevivência, e a violação deste direito básico, consiste em um entrave ao desenvolvimento.

Considerar saúde e educação como prioridade é reconhecer a emergência de criar as mínimas condições necessárias para uma vida digna na condição de ser humano. O fornecimento dessas necessidades imediatas contribui ao desenvolvimento regional. Os baixos índices nordestinos e paraibanos, relacionados à saúde e educação, comprometem as perspectivas futuras, ao mesmo tempo em

que são consequências do próprio percurso histórico desfavorecido desta região. Estes resultados são sequelas, portanto, de estratégias de desenvolvimento míopes a realidade nordestina, com desarticulação em suas ações locais. Como afirma Uderman (2008):

Todavia, a desarticulação entre os diversos órgãos e ações, o desconhecimento da realidade econômica do Nordeste e a ausência de uma estrutura de planejamento capaz de formular uma estratégia de desenvolvimento regional consistente, integrando ações em prol de objetivos comuns, criavam uma situação de dispersão de recursos e esforços que dificultava a obtenção de resultados (UDERMAN, 2008. p. 107).

Neste sentido, a ausência de planejamento e estratégias para a região contribuiu para os baixos índices de desenvolvimento. Como consequência, a articulação da população local em prol de objetivos comuns ficou comprometida. Os baixos índices de desenvolvimento da região nordestina, e especificamente do estado paraibano, possuem fortes influências da escassa participação da população no planejamento e definição de metas para os objetivos comuns. Portanto, a ausência de uma interação mais próxima junto a população local tende a enfraquecer as ações públicas e distanciar os objetivos propostos (BANDEIRA, 1999).

A sociedade nordestina, ciente da falta de investimento em sua região, se abstém de uma participação mais ativa em política de desenvolvimento. A força das comunidades em discutir e definir objetivos comuns, muito evidente em outras regiões, especialmente na região sul, não encontrou no Nordeste um campo fértil para este tipo de processo. Esta aparente apatia da população nordestina, em relação a uma postura mais atuante e participativa diante as questões públicas, possui influência de uma histórica ausência de projetos políticos para a região, comprometendo conseqüentemente, o seu desenvolvimento.

A participação democrática fortalece a identidade regional, resultando em maior probabilidade de envolvimento na colaboração e ações de projetos comuns à população. Putman (2008) defende este argumento, a partir das diferenças entre o norte e o sul da Itália. Para o autor, melhorar os índices de participação social constitui um dos desafios da atualidade, e sua concretização favorece o desenvolvimento das regiões. Essas regiões, quando pouco amparadas por políticas

de desenvolvimento, possuem sérias dificuldades em incentivar a participação democrática.

O desenvolvimento de uma região, de um município, de uma comunidade, esta atrelado a um envolvimento e comprometimento dos seus cidadãos com as questões sociais. As decisões coletivas de ver as metas, os desejos e os anseios realizados, motiva o envolvimento dos cidadãos na construção de sociedades mais desenvolvidas. O ser humano, com sua capacidade de atuação nas políticas de desenvolvimento, torna-se o componente básico na construção de regiões e comunidades mais desenvolvidas. Não contar com a participação do coletivo pode representar um entrave ao processo de desenvolvimento.

Algumas regiões com pouco índice de desenvolvimento, como a nordestina, são exemplos práticos deste entrave. Assim, reverter à escassa participação democrática implica em um maior envolvimento dos seus atores nas causas coletivas. Colaborando a essa reflexão, Saquet (2011) ressalta que, o indivíduo organizado socialmente, necessita atuar como sujeito do desenvolvimento, participando de decisões, partilha e implementação das ações.

2. A INTERFACE DO TURISMO COM O DESENVOLVIMENTO

O turismo é um fenômeno social e historicamente construído. As mudanças que a sociedade sofreu ao longo dos séculos influenciaram nas transformações sócio-históricas do turismo. O processo de industrialização, por exemplo, resultou em longas jornadas de trabalho, condicionando os indivíduos ao trabalho e à escassez de tempo livre. O homem dedicava grande parte das suas horas diárias a um trabalho excessivo e exaustivo, sobrando pouco tempo para as demais atividades. Nesse sentido, as modificações sociais, como o reconhecimento dos direitos do trabalhador, historicamente contribuíram para o processo de consolidação e difusão do turismo (KRIPPENDORF, 2000).

O reconhecimento às férias e fins de semana remunerados do trabalhador, o aumento aquisitivo da sociedade industrial, combinado à difusão do automóvel, foram transformações econômico-sociais que contribuíram para a difusão do turismo (BOYER, 2003). Neste contexto, as viagens assumiram relevância na sociedade, consolidando-se como forma de garantir o descanso e o lazer para o trabalhador.

Como consequência, há um avanço significativo no número de pessoas que partem em férias.

As férias fazem parte de uma sociedade industrializada, que valorizou o trabalho para além das outras necessidades humanas. Segundo Aquino e Martins (2007), após o domínio do trabalho na estruturação social, surgem novos hábitos da sociedade que relocalizam o tempo livre, o ócio e o lazer como questões centrais no contexto atual. Estas atividades, historicamente coadjuvantes em uma sociedade industrializada, possuem nesta nova centralidade, a marca de sua valorização na vida contemporânea.

A valorização do lazer e a busca pelo prazer tornam-se cada vez mais importante nas sociedades ocidentalizadas. Segundo Bauman (2007), a sociedade atual, regida por velozes transformações sociais, tem por meta satisfazer seus desejos imediatos. Para o autor, as constantes modificações nas relações sociais da atualidade, dificultam às adaptações e acomodações à essa nova realidade. Sendo assim, a realidade que a sociedade vivencia atualmente, parece não ser sólido o bastante para gerar adaptações, visto que logo novas transformações aparecerão e exigirão novas acomodações. Neste sentido, há uma crescente preocupação em satisfazer os prazeres imediatos, diante da incerteza que a sociedade vive em relação ao futuro.

A busca constante pelo prazer, caracterizando a sociedade como hedonista, encontra no lazer parte de suas respostas. Segundo Marcellino (2007), esta busca constante da sociedade atual pelo lazer é motivada por uma necessidade de convivencialidade. A vida moderna trouxe com seus avanços transformações sociais, mas também a exacerbação da individualidade. Neste sentido, a socialização perde espaço diante das relações individualistas do cotidiano, e encontra nas práticas de lazer, uma forma de resgatar esta convivência com o coletivo. O ser humano encontra, portanto, no lazer, uma forma de reexperimentar o convívio em maior escala, inserindo-se em um determinado grupo.

No resgate da convivencialidade, o turismo surge como uma parcela das possibilidades de lazer e como um convite às relações em grupo. Segundo Camargo (2001), mesmo o turismo não sendo a forma de lazer mais difundida na sociedade, possui um grande significado qualitativo para aqueles que o exercem. O fenômeno turístico afirmou-se como uma atividade de lazer, com qualidade por gerar experiências fora do ambiente habitual, rompendo as relações rotineiras do cotidiano

e proporcionando encontros de diferentes culturas. O turismo revela-se também como um meio de ligação entre a sociedade que busca o novo e o convívio com outras realidades.

Para Boyer (2003), os emergentes valores do ócio e conseqüentemente do lazer penetraram com dificuldade na burguesia, pois embora demonstre interesse pelos relatos de viagem dos grandes escritores, continua sedentária. Para o autor, a difusão do ócio e do lazer adentrou com maior facilidade nas classes populares, devido à força de propagação e influência que a mídia possui sobre estes grupos. Sendo assim, o turismo impulsionou as classes populares a estes emergentes valores da sociedade de massa, por meio do turismo de massa. De fato, com a propagação do lazer nas classes populares, o turismo de massa ganha expressividade no século XX.

Ignarra (2003) ressalta que o turismo de massa é caracterizado por utilizar agências de viagens na aquisição de pacotes turísticos, envolvendo viagens de curta duração, transportes mais baratos, destinos conhecidos e hotéis mais econômicos. Diante destas facilidades, o turismo de massa torna-se de fácil acesso, transformando o desejo de viajar das classes mais populares em uma meta realizável.

No turismo de massa, viajar tornou-se menos dispendioso e exige dos turistas uma menor organização em relação ao tempo de viagem, devido à forma prática de fazer turismo. Neste modelo, as visitas aos locais de visitaçãopossuem uma menor duração quanto ao tempo, garantindo ao turista a possibilidade de conhecer um maior número possível de trações turísticas. O turismo de massa proporciona ao seu público, portanto, uma grande variedade de experiências, por seu estilo prático e barato de viajar, mesmo que estas experiências sejam superficiais.

No entanto, as superficialidades das sensações proporcionadas por um turismo de massa e as transformações sociais da atualidade contribuíram para o início das transformações ocorridas no modelo da oferta turística, influenciadas, principalmente, pela emergência de uma demanda turística cada vez mais exigente. Segundo Zaoual (2008), o turismo de massa entra em um processo de decadência, tornando necessário o desenvolvimento de um turismo com maior aproximação aos espaços naturais e socioculturais.

Esta revalorização dos espaços naturais no turismo contemporâneo é parte de um processo que se iniciou ainda no século XVIII. De acordo com Boyer (2003),

as cidades, a partir da segunda metade do século XVIII, começam a ser associadas ao crescimento vertiginoso da violência, da perversidade e da poluição. Buscando refugiar-se desses efeitos maléficos urbanos, aristocratas britânicos descobrem o campo como espaço de tranquilidade e felicidade. Rapidamente, este sentimento difunde-se por todo continente. A natureza começa a ser entendida como espaço estético e terapêutico.

O mesmo autor ainda atribui aos suíços e britânicos a descoberta das montanhas como destino turístico. Como no oceano, a imagem que as montanhas transpareciam era de um território incógnito dotado de medo. Com a desmistificação desta crença, foi substituída por uma imagem de um local de ar puro e excelente para estar mais próximo à natureza. As montanhas favorecidas por uma procura constante por ambientes saudáveis contribuíram à valorização dos espaços naturais.

A emergência de um turismo baseado nas relações com o meio ambiente é um indicativo da transformação de uma consciência mais criteriosa por parte dos turistas, atento aos possíveis impactos ambientais que podem ser gerados com a atividade turística. A demanda turística torna-se mais exigente e criteriosa quanto aos desgastes naturais. Neste contexto, o turismo de massa, marca da sociedade moderna, começa a perder espaço para um turismo atento a qualidade em harmonia com a natureza. Como afirma Zaoual:

A clientela procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar (ZAOUAL, 2008, p. 3).

Confirmando a ascensão de espaços naturais como destino turístico, Nascimento e Silva (2009) destacam a tendência de um turismo adaptado aos princípios do meio ambiente, elucidando as relações socioambientais. Nesta perspectiva, o turismo que valoriza as questões ambientais busca resgatar uma maior qualidade na experiência dessa atividade, em que o visitante estabelece um maior contato com a natureza, estimulando a aquisição de sensações e vivências no meio natural. Estas vivências proporcionadas por um turismo atento a sua qualidade na atividade turística contribui para a construção de um ideal de preservação nas áreas visitadas.

Bahia e Sampaio (2003) analisam que o reencontro do ser humano com meio ambiente tem sido importante, na afirmação de uma lógica de preservação e conservação dos recursos naturais e culturais das populações tradicionais. Esta reaproximação do homem à natureza é estimulada pela difusão de uma tendência turística consciente da necessidade de preservação. Sendo assim, os processos de visitação e vivências próximos às áreas ambientais tendem a despertar para um turismo mais cauteloso, preocupado em preservar os recursos de cada região.

Fundir turismo ao ideal de preservação indica ser uma das perspectivas dos dias atuais. As relações turísticas e ambientais, cada vez mais entrelaçadas, cresceram vertiginosamente nestas últimas décadas. Como afirma Layrargues (2006), este aumento considerável do turismo verde, valorizando os espaços naturais, representa uma possibilidade de desenvolvimento para as regiões. Locais desprovidos de oportunidades econômicas, mas dotadas de áreas naturais, possuem possibilidades de redirecionar suas estratégias de desenvolvimento.

A valorização dos espaços naturais no setor turístico significa a possibilidade de gerar desenvolvimento equilibrado. Nessa visão, Cruz (2008) destaca o exemplo de Silves (AM). A comunidade local utiliza o turismo como alternativa para dinamizar sua economia, melhorar a qualidade de vida e preservar os recursos naturais. Para Cruz, Silves é um exemplo concreto de como a atividade turística pode ser utilizada como um instrumento de desenvolvimento regional.

Ainda com base nesta autora, a experiência da praia do Canto Verde, localizada no município de Beberibe (CE), mesmo sofrendo uma forte pressão de agentes imobiliários, a comunidade local decide não optar por um turismo massivo. Neste caso, prevaleceu a preservação dos espaços naturais e o turismo como atividade complementar, dinamizando a economia local e fortalecendo os laços sociais.

Outro exemplo de desenvolvimento equilibrado e com prudência ecológica é a praia de Tatajuba, no município de Camocim (CE). Segundo Coriolano e Mendes (2009), este é um exemplo de resistência a um turismo globalizado, visto que Tatajuba vive um conflito contra a instalação de um turismo exploratório, hostil às atividades tradicionais. Segundo estes autores, a comunidade objetiva um turismo alternativo, apropriando-se dos recursos naturais e culturais existentes no local.

Estes são exemplos de municípios que encontraram no turismo comunitário, consciente e equilibrado, uma estratégia eficaz de desenvolvimento regional. Esta

postura vai contra a racionalidade e homogeneização dos espaços. O turismo socialmente responsável encontra nos espaços naturais a possibilidade de gerar um desenvolvimento incluyente.

2.1 O TURISMO NA PARAÍBA: UM CAMINHO PARA A CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS

O turismo no Brasil, nas últimas décadas, tem sido buscado como estratégia promissora para o desenvolvimento das localidades, regiões e do próprio país. Regiões privilegiadas em áreas naturais têm-se mostrado como forte alternativa de valorização aos patrimônios histórico-culturais, contribuindo ao desenvolvimento regional (CAVALCANTE e FURTADO, 2011). Neste contexto, regiões dotadas de uma ampla e diversificada área ambiental, tem mostrado possibilidades de incluir o turismo comunitário como estratégia de desenvolvimento.

Segundo Coriolano (2001), o turismo de base endógena, comunitário, é construído a partir da preservação das culturas locais, da valorização das potencialidades regionais, assim como do estímulo à participação social no processo turístico. Corroborando com Coriolano (2001), Ribeiro (2008) acrescenta o turismo comunitário como formas de preservação aos patrimônios naturais e culturais. Estes modelos turísticos possuem o mesmo foco, estabelecer um conceito diferente ao turismo exógeno e de massa, construindo uma política inclusiva em relação à comunidade local.

Nesta vertente de valorização ao turismo endógeno, o turismo comunitário ganha evidência, pois, além de contribuir ao desenvolvimento, o qualifica como sustentável, diante da relação de preservação, como condição básica em suas atividades. Nesta relação, há o estabelecimento de uma interdependência dos setores econômicos, sociais, ambientais e culturais. Associado ao discurso de preservação, o ecoturismo objetiva garantir a sustentabilidade da comunidade local onde é desenvolvido (CAMPOS, 2005).

No entanto, o turismo pode se revelar como uma eficaz estratégia em favor do desenvolvimento sustentável. Segundo Sachs (2009), os pilares que compõem o desenvolvimento sustentável são a viabilidade econômica, a prudência ecológica e a relevância social. Considerar estes pilares nas estratégias de desenvolvimento significa mensurar as consequências das atividades propostas. Somando a isto, é

essencial o estabelecimento de uma relação prudente aos espaços naturais, além de evidenciar a relevância das questões sociais nas discussões sobre desenvolvimento.

Para Pires (2002), o turismo quando atento as questões implica em estimular a participação da comunidade residente, valorizando os costumes e estilos de vida locais. Neste sentido, a sustentabilidade em seu caráter ambiental, sugere também ações de preservação em relação à comunidade local. Preservar a cultura e os costumes de cada local é parte constituinte de um desenvolvimento qualificado a sustentável.

Corroborando a importância do envolvimento da comunidade local em um desenvolvimento sustentável, Bartholo Junior *et al.* (2006) afirma que a participação ativa da comunidade é a única possibilidade do turismo obter êxito como ferramenta do desenvolvimento regional. O planejamento e a definição de estratégias por parte de uma sociedade participativa são essenciais ao desenvolvimento.

Nesse sentido, estimular a participação ativa das comunidades locais tem se revelado como uma necessidade ao modelo turístico, visando melhores índices de desenvolvimento. Somado a esta estratégia, o setor turístico está atento às áreas naturais que podem ser utilizadas para sua prática, agregando preservação as políticas de desenvolvimento. Neste contexto, de descoberta de novos lugares, com condições favoráveis as práticas de atividades turísticas, surgem as Unidades de Conservação (UC's).

Segundo Bensusan (2006), as UCs têm por objetivo incentivar o turismo ecológico, além da preservação dos ecossistemas, a realização de pesquisas científicas e as atividades de educação ambiental. Com base nestes objetivos, os parques representam uma das principais categorias de unidades de conservação para a prática do ecoturismo, contribuindo ao desenvolvimento regional. Nestas áreas de conservação, o turismo tem sido discutido como promissora alternativa para minimizar os efeitos negativos dos impactos econômicos, como a degradação da cultura local, potencializar os processos de conservação do meio ambiente e oportunizar melhores condições de vida para a população local (CONTI *et al.*, 2011).

Certamente, as áreas protegidas são especialmente dedicadas à proteção e manutenção dos ecossistemas naturais e diversidade biológica. Com isto, além da preservação dos recursos naturais, existe uma precaução em relação ao patrimônio

cultural destas áreas. Cavalcante e Furtado (2011) destacam esta cautela aos desgastes culturais, assim como aos objetivos das UCs:

As unidades de conservação são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção dos ecossistemas naturais, de sua diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos e têm como objetivo preservar a natureza e proporcionar a oportunidade para a pesquisa científica, a educação ambiental e o ecoturismo (CAVALCANTE e FURTADO, 2011. p. 7).

Na valorização das áreas preservadas, o setor turístico paraibano desenvolve suas potencialidades locais objetivando a conservação dos seus recursos naturais locais. Grande parte dos destinos turísticos da Paraíba está localizado na região litorânea. Contudo, existem outras áreas ambientais propícias para o turismo, encontrados por todo o interior do estado, que podem ser estimulados com perspectivas de sustentabilidade e desenvolvimento local (PEREIRA, 2008).

Nestes locais, os costumes, as tradições, as precipitações pluviométricas reduzidas e uma exótica geomorfologia, possuem um alto valor paisagístico, contribuindo ao surgimento destes novos destinos. Estas características naturais se constituem um atrativo aos visitantes, motivados por conhecer uma realidade diferente dos centros urbanos (MELO e PEREIRA, 2008). Souza (2006) também considera os municípios paraibanos como centros de excelência para o desenvolvimento do turismo interiorano, por possuírem diferentes paisagens morfoclimáticas e fitogeográficas. O turismo pode se constituir, portanto, em estratégia de desenvolvimento para esses municípios, fundamentados na paisagem natural e no patrimônio histórico-cultural do lugar.

Atento a esta potencialidade turística no interior da Paraíba, Araújo (2006) destaca o turismo como alternativa ao desenvolvimento regional. As atividades turísticas mobilizam turistas dotados de consciência ecológica, desejando destinos exóticos, com uma maior consciência em relação à natureza. A Paraíba possui um enorme potencial turístico e reconhecer sua vocação para atividades em ambiente natural significa acrescer as possibilidades de contribuição ao desenvolvimento das suas regiões.

Felix *et al.* (2003), também confirma a Paraíba com esse potencial turístico, devido aos seus diversificados ecossistemas de paisagens, cores, fauna, flora,

tradições e culturas. O turismo prudente ecologicamente é um importante agente de integração entre aspectos sociais e ambientais. Certamente, seu ponto positivo está em promover o desenvolvimento das regiões paraibanas, atentas a relevância dos aspectos naturais e socioculturais.

Ainda para estes autores, é evidente que a beleza cênica e os elementos histórico-culturais existentes nas áreas naturais, especialmente as protegidas legalmente, constituem pólos de atração e recepção de turistas e visitantes. Nesse sentido, a Paraíba é dotada de Unidades de Conservação ainda pouco alteradas pelo homem, convertendo-se em destinos turísticos. Dentre estas UCs está o Parque Estadual Pedra da Boca (PEPB), que desde o início da década de 90, ganha notoriedade com seu turismo de aventura, religioso e educacional.

O estado paraibano, a partir da criação das Unidades de Conservação, criou espaços protegidos voltados à preservação da natureza e à prática de atividades turísticas, valorizando as potencialidades naturais e culturais do estado. Regala (2011), analisando a Paraíba, aponta o PEPB como um dos principais pontos turísticos do estado. Segundo o autor, por se tratar de uma unidade de conservação, é necessário estar atento a um planejamento turístico, a fim de preservar a identidade local e cultural, promovendo a participação da comunidade, gerando desenvolvimento.

Os turistas que o PEPB atrai, revela sua ascensão como parte integrante do roteiro turístico paraibano. O parque, com sua vocação natural para atividades turísticas, mobilizam visitantes do estado, assim como de outros países, como afirma Cavalcante (2009):

As altas pedras da região, em especial as do PEPB, atraem turistas do Estado da Paraíba, de outros estados e, inclusive de outros países, como Portugal e Holanda, que, encantados com as belezas naturais, usufruem de roteiros convencionais, como trilhas, observação da fauna e flora, ou praticar outras modalidades voltadas ao segmento do turismo de aventura, como o rapel e a escalada (CAVALCANTE, 2009. p. 34).

O parque é parte integrante de um roteiro turístico paraibano, que utiliza seus potenciais naturais em favor do seu desenvolvimento turístico e regional. A valorização dos destinos turísticos do estado é essencial para contribuir para uma política de desenvolvimento de suas regiões.

3. DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: EM BUSCA DO ELO PERDIDO

A preocupação em melhorar a qualidade de vida da população tem sido uma das metas de vários governos do mundo. Segundo Guimarães (2005), esta preocupação acentuou-se após as notáveis consequências da revolução industrial, como o crescente cenário de misérias e a ampliação de problemáticas sociais, econômicas e ambientais. Com a revolução industrial, os centros urbanos transformaram-se em territórios dotados de verdadeiros paradoxos. Se por um lado, as cidades tornavam-se referências de economias fortalecidas direcionadas ao progresso, por outro, produziam-se intensa poluição, acentuavam-se as desigualdades sociais, deterioravam-se os espaços naturais e a qualidade de vida das pessoas.

Desta forma, a industrialização influenciou a qualidade de vida das pessoas, por meio de alguns efeitos negativos. Dentre estes efeitos está a influência da industrialização nos valores sociais. Segundo Lopez, Martinez e Ramirez (1999), a sociedade industrial desenvolveu novos valores e significados sobre a vida das pessoas. Os anseios, objetivos pessoais e desejos individuais tornaram-se mais audaciosos. Estas sociedades industriais, marcadas por expansões, como da economia, da capacidade de produção e da produtividade, expandiu também os desejos da população. Para os autores, este sentimento expandido, ligado à satisfação dos desejos pessoais, é um elemento essencial na construção da qualidade de vida humana.

Para Bauman (2009), a sociedade moderna demonstra-se insaciável quando o assunto é satisfação pessoal. A atual sociedade possui uma capacidade incrível de criar e despertar novos desejos humanos, antes mesmo que os antigos desejos sejam saciados. Este eterno distanciamento da possibilidade de satisfação aos desejos humano explica o porquê da dificuldade de se mensurar a qualidade de vida, assim como, da complexidade de se chegar a um consenso sobre o conceito.

No intuito de estimular discussões sobre a qualidade de vida das populações e refletir as problemáticas sociais que possam deteriorar esta qualidade de vida, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu, em 1995, uma conferência sobre este tema em Copenhague. O intuito desta conferência, além de fomentar discussões, foi de buscar o compromisso dos países membros, a fim de garantir níveis mínimos de bem-estar social para todos. Com isto, esta conferência tornou-se

um marco, no sentido de que a partir dela, ouve um acréscimo nas discussões e debates sobre a qualidade de vida das populações.

Segundo Sachs (2009), estas discussões são justificadas, devido à deteriorização que algumas problemáticas sociais têm gerado sobre a qualidade de vida humana, como a desigualdade social. Neste contexto de desigualdades sociais, refletir sobre a qualidade de vida de parcela da população mais desfavorecida é um ponto essencial e preocupante. Os privilégios que garantem a qualidade de vida de uma minoria favorecida estão gradativamente mais distantes de uma maioria de não privilegiados. Com este agravo na desigualdade social, repensar o bem estar da população, especialmente as mais carentes da sociedade, tornou-se essencial.

Mesmo atento a esta parcela da população mais necessitada, as estratégias que visam à qualidade de vida no Brasil estão equivocadas em suas ações (FOLADORI, 2002). Para este autor, sabendo que as desigualdades sociais do país são resultados da forma de distribuição e propriedade dos recursos e meios de produção, a solução para esta problemática está em direcionar as ações para onde se origina e desencadeia o processo. Sendo assim, a busca por comunidades com melhores e mais justa condições de vida, implica em atingir as causas do problema, neste caso, na distribuição desigual dos recursos. Entretanto, da mesma forma que uma distribuição mais igualitária geraria maior qualidade de vida para a parcela da população menos favorecida, outras medidas também facilitariam este processo, como a estimulação da participação social.

Neste contexto, quanto maior a participação e as interações sociais, que possibilitam compartilhar noções de cidadania, maior probabilidade nas escolhas da qualidade de vida das pessoas. Para Moura (2010), com base em Bourdieu, estas ações de cidadania estão vinculadas ao que o autor denomina de hábitos primários. Hábitos primários são o padrão mínimo de participação na esfera social, que confere a dignidade e as condições mínimas de reconhecimento e respeito social. Portanto, os valores essenciais à qualidade de vida dos cidadãos, que por sua vez, estão vinculados à generalização destes hábitos primários, podem promover o aumento dos índices de participação sociais com dignidade.

Defensor da participação social como elemento essencial para a qualidade de vida humana, Sen (2000) ressalta que as discussões e os debates públicos, estimulados pela liberdade política e os direitos civis, podem desempenhar um importante papel na consolidação desta participação. A valoração desta participação

social, no intuito de garantir a qualidade de vida das pessoas é justificada pelo fato de a sociedade ser constituída por uma diversidade de interesses individuais. Fazer uso desta estratégia participativa é, portanto, estimular as oportunidades de participação ativa, no sentido de facilitar a articulação destes interesses individuais, em detrimento de objetivos comuns.

A participação social reflete a necessidade de uma cidadania ativa, em que é essencial a transparência de informações, para que desperte na comunidade o anseio por participar na solução de seus próprios problemas e entraves que estejam relacionadas à qualidade de vida (ROCHA, 2005). No entanto, o despertar destas ações coletivas por parte da sociedade está relacionado ao desenvolvimento de valores como confiança e cooperação. Uma comunidade participativa confia em seus atos e nos resultados que pode gerar. Esta confiança traduzida em participação social ativa parece ter um objetivo bastante claro: conquistar melhores índices de qualidade de vida para a população. Entretanto, Rocha (2005) ressalva que, a consolidação destes atos de cidadania é dificultada, devido à falta de credibilidade da população em políticas sociais promovidas pelo governo.

Corroborando com Rocha (2005), Baquero (2003) afirma que o estado tem perdido credibilidade para convocar seus cidadãos a se envolverem em discussões de interesse público. Para este autor, o sistema político brasileiro vigente, embora ofereça aos seus cidadãos o direito de expressarem suas opiniões, não se constitui, de fato, em uma valorização da opinião pública. Pelo contrário, o cidadão tem se mostrado decepcionado e desconfiado com a política, desenvolvendo uma apatia generalizada, abstendo-se de uma participação ativa na sociedade, comprometendo assim, sua própria qualidade de vida.

De certa forma, mesmo a população sendo a principal prejudicada em perpetuar estes baixos índices de envolvimento nas questões de ordem pública, esta é uma tendência das sociedades hodiernas. Esta situação é denominada por Bauman (2009) de individualização da sociedade. O ser humano, diante a responsabilidade de estar construindo interruptamente sua identidade, está cada vez mais recluso na construção do seu eu, arrefecendo as interações coletivas e sociais. Para o autor, este distanciamento das questões de interesse coletivo, é ainda mais evidente quando se observa mais atentamente o interesse dos seus próprios alunos: “antes o sonho dos alunos era curar os males da sociedade; agora, com base nos alunos que tenho, é entrar em boas escolas de direito”.

Sen e Kliksberg (2010), ao analisarem a construção da vida com maior qualidade, ressaltam que a mesma depende de quatro dimensões básicas, que são: confiança, associatividade, coletividade e ética. Estas dimensões estão exatamente no sentido contrário de uma tendência individualista. A primeira dimensão, a confiança, esta ligada as relações interpessoais, ou seja, quanto maior for a confiança no coletivo maior será as oportunidades de se contribuir a qualidade de vida das comunidades. A segunda dimensão é a capacidade de associatividade da sociedade, que está relacionada à capacidade da sociedade de assumir formas de cooperação. A terceira dimensão faz referência à consciência cívica a ações de interesse coletivo, analisando como as pessoas agem diante das questões de interesse geral. A última dimensão por sua vez, são os valores éticos predominantes em uma sociedade.

Estas dimensões básicas apresentadas por Sen e Kliksberg (2010), possuem no discurso da coletividade a sua maior força, e conseqüentemente, por meio desta mesma força, a qualidade de vida é beneficiada. Os autores citam o Orçamento Participativo de Porto Alegre, como exemplo de solidificação destas ações coletivas voltadas para a melhoria de vida da população. Neste caso, a população local decide o destino dos investimentos financeiros na cidade, com base em suas prioridades, necessidades e desejos futuros. Portanto, como base nos autores, a qualidade de vida deste município está atrelada a uma consciência coletiva da importância que estas ações possuem sobre a vida das pessoas.

Portanto, a participação coletiva e a qualidade de vida possuem uma influência mútua. Valdivieso (2009) confirma esta influência, quando afirma que quanto maior for o bem-estar pessoal, maior será a confiança nas instituições e nas pessoas, gerando assim, estímulos para o maior envolvimento dos cidadãos com as ações públicas. A qualidade de vida está relacionada às melhorias no bem-estar e, elevar seus índices, implica no despertar desta consciência.

Para a qualidade de vida estimular uma participação mais ativa da sociedade, é importante que esta qualidade de vida extrapole a ideia da satisfação das necessidades básicas. Certamente, a satisfação destas necessidades é importante por representar as condições mínimas fundamentais para que o ser humano desfrute da qualidade de vida. Entretanto, igualmente importante, é a satisfação de outros aspectos essenciais à vida do ser humano, como é o caso da cultura.

3.1. QUALIDADE DE VIDA E CULTURA: UMA RELAÇÃO APROXIMADA

A qualidade de vida está atrelada a participação ativa das sociedades. Em busca de melhores índices e resultados satisfatórios, o envolvimento dos cidadãos torna-se cada vez mais essencial. Nesta perspectiva, a capacidade de organização de cada comunidade em busca de objetivos comuns tem de fato, evidenciada esta efetividade.

Atento a esta participação, o resgate das ações coletivas tem revelado-se como uma importante estratégia para melhorar a vida das pessoas. O Programa Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é um exemplo da adoção desta estratégia, que visa reacender a participação social. Segundo o PNDR (2007), um dos seus objetivos está em promover a inserção social da população em suas políticas, pois, para o programa, este envolvimento social ativo gera maior qualidade de vida para a população envolvida. Portanto, a política de desenvolvimento do país entende que a participação ativa dos cidadãos é a resposta que se procura para reacender os interesses coletivos que, por sua vez, irá promover a qualidade de vida das pessoas.

Baseado nesta concepção, os governos tendem a buscar a melhoria da qualidade de vida da população a partir do incentivo à participação popular. Para Westphal (2000), esta inserção social nas políticas de governo, fortalecendo o diálogo entre comunidade e governantes, é essencial, por entender que a própria população é conhecedora dos seus principais problemas. Contudo, a população ciente da sua realidade e de suas necessidades, auxilia na tomada de decisões e definição de metas futuras, com o intuito de colaborar na administração pública e ampliar a qualidade de vida das pessoas.

No entanto, na discussão sobre a participação ativa da população em busca de maior qualidade de vida, reloca as necessidades sociais elementares da vida humana como uma questão prioritária. Dificilmente uma sociedade demonstrará um alto grau de envolvimento nas questões coletivas, enquanto esteja privada de suas necessidades imediatas. A satisfação das suas necessidades básicas é pré-requisito para uma participação social mais ativa. O despertar da responsabilidade da sociedade nas questões de interesse coletivo implica na necessidade de investimentos em suas necessidades imediatas, como afirma Sen (2000):

[...] todos esses indivíduos são privados não só de bem-estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, pois esta depende do gozo de certas liberdades básicas. Responsabilidade requer liberdade (SEN, 2000. p. 322).

Para Moura (2010), enquanto a preocupação possível ao indivíduo for à satisfação das necessidades imediatas, não há possibilidade de se exigir participação social, no intuito de gerar maior qualidade de vida para população. O ser humano necessita que suas necessidades básicas estejam saciadas, para que assim possa ter objetivos mais audaciosos do que simplesmente ter saúde, educação e alimento. A partir do momento que se observar uma maior preocupação em satisfazer as necessidades da população, com o intuito de qualidade de vida, certamente estas necessidades básicas irão além da simples ideia de se investir apenas em saúde e educação. Os debates que envolvem esta temática necessitam de uma visão mais ampla, que extrapolem estas necessidades básicas (MINAYO, 2000; BRASILEIRO *et al.*, 2001). Certamente, a saúde e a educação são elementos fundamentais para a qualidade de vida de uma determinada comunidade, mas não suficientes.

O debate sobre qualidade de vida desperta para uma maior amplitude, envolvendo vários fatores e ganhando qualidade em seu discurso. Para Rocha *et al* (2000), a qualidade de vida está também relacionada, além da necessidade de prover saúde e educação, a uma ampliação nas escolhas pessoais tais como, moradia, alimentação, meio ambiente, lazer e principalmente, cultura. Nesta visão macroscópica de se relevar outros pontos importantes para a qualidade da vida humana, além da simples satisfação das necessidades básicas, a cultura vai conquistando seu espaço e ganhando notoriedade.

Segundo Guimarães (2005), o discurso em favor da cultura ganhou forças a partir dos anos 70, quando houve o despertar para os aspectos qualitativos da vida humana. As dimensões sociais, ambientais, psicológicas e culturais, começam a ser consideradas como essenciais na vida do ser humano, e ganham relevância nos debates sobre o tema. Com isso, as estratégias que objetivam uma maior qualidade de vida ao ser humano, gradativamente mostram-se mais preocupadas em satisfazer estas necessidades da população, especialmente em relação aos aspectos culturais.

A cultura está cada vez mais se consolidando como uma parte essencial e integrante dos elementos considerados fundamentais para a qualidade de vida das comunidades. Enfatizando a importância do elemento cultural, Sachs (2005) afirma que nas ideias e criatividade da sua população, ou seja, nos elementos ligados a cultura, pode estar o mapa para o caminho do oásis. A cultura representa a criatividade da sua população, e esta criatividade se traduz em capacidade de criação de novas estratégias, a fim de se conquistar ainda mais qualidade de vida para o ser humano.

A cultura está relacionada à capacidade da sociedade de pensar, e de gerar ideias criativas, no intuito de promover alternativas aos problemas que possam afetar a vida das pessoas. Há uma confiança na capacidade de criação do ser humano. Nessa visão, entender a cultura como atividade criadora da sociedade, é admitir sua importância nas estratégias que objetivam dar mais qualidade à vida. Além disto, um pouco mais distante da criatividade, mas ainda próximo à valorização cultural, está à importância que a cultura possui para a consolidação das identidades locais. Nesta perspectiva, Kashimoto (2002) ressalta a cultura como uma forma de construir uma sociedade fortalecida, unida por anseios e desejos em comum.

O fortalecimento da identidade de uma comunidade desperta para a valorização das especificidades daquele lugar fortalecendo, os vínculos entre seus moradores. A cultura local age como um ímã, atraindo seus moradores para junto de si. Em tempos de globalização, valorizar as características de cada região, fortalecendo a comunidade em uma unidade, que possui interesses em comum, é necessário para a construção da qualidade de vida. Somado a isto, esta atitude é importante para garantir a diversidade cultural do planeta e para a não homogeneização da cultura. As especificidades de cada lugar tende a fortalecer a identidade das populações, preservando a cultura e contribuindo a qualidade de vida da população local.

A cultura, associada às particularidades de cada local, ganha relevância nas discussões sobre qualidade de vida. Para Burity (2007), os projetos direcionados a melhorar a vida do ser humano seriam mais eficazes se valorizassem a cultura local. As suas estratégias teriam mais representatividade no contexto local, caso dialogassem com essas culturas. Neste sentido, a cultura reforça a importância da definição de metas e estratégias, quando o objetivo destas mesmas estratégias é conquistar maiores índices de qualidade de vida para sua população.

Segundo Ortiz (2008), reforçando a importância desta valorização, a cultura são símbolos da sociedade, e não existe sociedade sem símbolos, ou seja, não existe sociedade sem cultura. A cultura é considerada parte constitutiva da sociedade. Sendo assim, não há possibilidade de se entender, e muito menos de se conquistar qualidade de vida sem que fique claro seu real significado. Os significados dados pela sociedade a sua cultura, implica necessariamente em considerar a diversidade destes significados como um valor universal. O respeito por estes símbolos culturais é o reconhecimento mínimo necessário para a valorização social, e o primeiro passo para gerar qualidade a vida para esta mesma sociedade.

Vecchiatti (2004) ressalta que a cultura ganha visibilidade diante das discussões sobre a qualidade de vida, por meio da sua capacidade de criação de significados e valores sociais. A sociedade, por influência da cultura, constrói hábitos, crenças e valores, que irão influenciar na qualidade de vida das pessoas do lugar. O entendimento do que significa ter qualidade de vida, implica na compreensão das questões valorizadas pela comunidade local, ou seja, compreensões relacionadas à cultura. Para Vecchiatti (2004), esta é a reflexão que torna o ato de preservar as culturas locais em uma ação essencial nos dias atuais.

Ainda nesta análise sobre a importância da cultura local, Rattner (2002) define a cultura como um conjunto de normas, crenças, conhecimentos, costumes e artes que mantém a coesão do grupo. A cultura, por meio destes valores, possui a capacidade de aproximar os indivíduos de uma sociedade, devido às particularidades específicas de cada sociedade e comum a todos os seus membros. De fato, a cultura aproxima os indivíduos da sociedade, despertando-lhes afinidades em relação aos seus próprios valores. Esta coesão da sociedade se traduz no fortalecimento das identidades coletivas, que são essenciais para a qualidade de vida.

Sen e Kliksberg (2010) reforçam esta ideia, quando apontam que a cultura deve reintegrar a um conjunto de aspectos que ela foi excluída. A preservação, manutenção e hibridação da cultura, aos poucos voltam a recompor os aspectos relacionados à qualidade de vida humana. Para Canclini (2000), as alterações e variedades consequentes da hibridização cultural se traduzem em uma maior possibilidade de garantir a própria sobrevivência da cultura. Neste sentido, a cultura é fortalecida, principalmente por torna-se uma possível estratégia em relação à

construção do futuro e por constituir-se um elemento fundamental nas discussões sobre qualidade de vida.

4. ARARUNA: A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

Atento a história da cidade de Araruna (PB), a casa de Memória Severino Cabral de Lucena, fundada em 19 de dezembro de 2002, desenvolve atividades relativas à preservação, divulgação e discussão da memória histórica, política, social e cultural desta cidade. Entretanto, o objetivo desta casa memorial é estimular a reflexão, debates e ideias que possam favorecer a compreensão dos problemas da região e de sua população. Segundo seus acervos documentais, bibliográficos e fotográficos, em 1830, Feliciano Soares do Nascimento, ergueu uma capela em louvor a Nossa Senhora da Conceição, como pode ser observado na figura 1:

Figura 1: Capela – Araruna/PB



Legenda: Acervo Casa de Memória Severino Cabral de Lucena

Esta capela deu início ao processo de surgimento da cidade de Araruna. Em torno da capela surgiram as primeiras casas que deram origem a um povoado. Este povoado cresceu a dimensões consideráveis, ao ponto de o Presidente da Província da Paraíba, Barão de Mamanguape criar, em 10 de julho de 1876, através da lei N^o: 616, o município de Araruna. O nome escolhido é uma herança indígena, visto que Araruna vem da língua tupi, A'RARA UNA, e significa arara preta.

Um marco simbólico na história de Araruna (PB) é a farmácia Confiança, fundada em 1922. Esta farmácia vendia medicamentos, tecidos, chapéus entre outras mercadorias. Atualmente a farmácia é o estabelecimento comercial mais

antigo de Araruna (PB) e a primeira farmácia a ser fundada no estado, em atividades ininterruptas, sob a direção da mesma família. Sua representatividade diante a história da cidade foi transformada em livro: Memória de uma farmácia, publicado em 1991, por uma Editora Universitária, de autoria de Humberto Fonsêca.

Atento as características geográficas, sociais e econômicas da cidade de Araruna (PB), o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME) produz e compartilha informações relevantes ao planejamento municipal do estado da Paraíba. Dessa mesma forma, as características geográficas de Araruna (PB) são encontradas em pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Com base em pesquisas realizadas nestas instituições, Araruna (PB) está localizada na microrregião do Curimataú Oriental que, por sua vez, está inserido na macrorregião do Agreste Paraibano. O município limita-se ao norte com o Rio Grande do Norte, ao leste com os municípios de Campo de Santana (Tacima) e Riachão, e ao oeste e sul com o município de Cacimba de Dentro. Araruna (PB) possui uma área de 306 Km² e está localizado a uma altitude de 580 metros acima do nível do mar, o que implica em uma temperatura de inverno próximo aos 18° C.

O município possui características climáticas quente, com chuvas de inverno. Seu período chuvoso é entre os meses de fevereiro a agosto, com precipitações médias anuais que variam entre 900 e 1100 m³. A umidade relativa do ar e o índice de pluviosidade superior aos da microrregião, favorece a formação de Mata Serrana, com espécies arbóreas e arbustivas da caatinga e algumas espécies da Mata Úmida.

Araruna possui 18.879 habitantes e uma densidade demográfica de 76,83 hab/Km² (IBGE, 2010). Segundo o PNUD (2000), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade é de 0,546. Este número esta abaixo da média nacional, da região Nordeste e do estado da Paraíba. Somando-se a este dado preocupante, o índice de analfabetismo do município é de 39,5% (IDEME, 2010). Portanto, Araruna (PB) possui nestes baixos índices sociais, metas a serem superadas em suas estratégias de desenvolvimento. Segundo Sen (2000), os indicadores de desenvolvimento humano, como IDH e taxa de analfabetismo, são essenciais na definição de objetivos que visem à melhoria nas condições de vida de sua população e conseqüentemente o desenvolvimento da região.

Contudo, grande parte dos municípios brasileiros ainda procuram na industrialização as respostas para o desenvolvimento (BECKER, WITTMANN, 2008). Entretanto, a atividade industrial de Araruna (PB) possui pouca expressão. A empresa de calçados Alpargatas é a única indústria de referência da cidade. A maior mobilidade econômica do município está no comércio e no funcionalismo público. O município, que oferece escassas oportunidades de trabalho no setor privado, encontra no emprego público uma forma de compensar esta falta de perspectiva da população local.

No entanto, uma forma de reversão destas limitadas perspectivas em relação ao futuro, está na qualificação da sua população local. Sendo assim, em setembro de 2010, foi instalado um campus da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) na cidade de Araruna, oferecendo os cursos de Ciências da Natureza, Engenharia Civil e Odontologia. Outra universidade presente é a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com seu programa de ensino virtual, com os cursos de Ciências Agrárias, Biológicas e Naturais, Matemática, Letras e Pedagogia. Com a presença das duas maiores universidades do estado, Araruna investe na qualificação dos seus cidadãos e possui a possibilidade de tornar-se uma cidade universitária.

Araruna também encontra no turismo uma possibilidade de gerar desenvolvimento e superar seus baixos índices sociais. A cidade é inserida no cenário turístico da região após a criação de uma área de preservação ambiental em seu território. Esta área tornou-se um dos principais pontos turísticos do estado, o Parque Estadual Pedra da Boca.

4.1 A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PEDRA DA BOCA

A preservação e proteção de áreas ambientais ameaçadas ganham relevância no Brasil, a partir da instituição do código florestal de 1934. Mesmo com o despertar da degradação do meio ambiente, apenas após 1970, é colocada em discussão à conservação legalmente protegida. A definição de regulamentos dos parques nacionais só acontece em 21 de setembro de 1979, por meio do decreto Nº: 84.017 (BRASIL, 1979).

A demarcação de áreas protegidas é uma estratégia de conservação ambiental, devido à crescente degradação que objetiva o crescimento econômico. A ambição por uma economia fortalecida e competitiva resultou em uma produção

industrial desenfreada, colocando em risco a existência dos recursos naturais. Nesse sentido, de preservação aos recursos naturais, surgem as Unidades de Conservação (UC), como espaços protegidos voltados para a preservação ambiental, estudos científicos, educação ambiental e prática de atividades turísticas.

Aprovado por meio do projeto de lei número 9985/2000, as Unidades de Conservação Brasileiras são definidas como espaços territoriais dotados de recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, aplicando-se garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O Brasil possui 914 Unidades de Conservação, dentre estas 252 competem ao governo federal e 662 ao estadual (RYLANDS e BRANDON, 2005). Este elevado número de UCs confere ao país um posicionamento preservacionista, reforçando sua responsabilidade global perante as problemáticas ambientais. Diante desta postura de valorização das questões do meio ambiente, o estado da Paraíba, busca, a partir da criação das Unidades de Conservação, preservar sua diversidade ambiental.

Na Paraíba, a Sudema é o órgão responsável por propostas de criação de novas áreas de conservação (Cavalcante, 2008). Esta instituição, além de executar os objetivos de criação, possui a incumbência de fiscalizar as UCs, para que não haja desgastes ambientais nestas áreas.

O estado paraibano possui 24 Unidades de Conservação, predominantemente localizadas na mesorregião do litoral paraibano (CAVALVANTE, 2008). Esta predominância litorânea na demarcação de áreas conservadas revela um favoritismo histórico das ações político-administrativas em direção a esta região do estado. Entretanto, as demais mesorregiões paraibanas (Agreste, Borborema e Sertão) compõem a diversidade biológica de um estado, onde apenas 1% de sua área territorial está integrada em programas de conservação. Esta escassez de áreas protegidas traduz a necessidade de valorização das áreas conservadas paraibanas, principalmente em mesorregiões não litorâneas, onde sua presença é ainda mais escassa.

Nessa visão, atento a valorização das áreas conservadas paraibanas, o Parque Estadual Pedra da Boca (PEPB) foi criado em 7 de fevereiro de 2000, através do decreto governamental N^o: 20.889 (CAVALCANTE, 2009). O parque possui uma área de 157,3 hectares, localizado na cidade de Araruna, na

mesorregião Agreste e na microrregião Curimataú (CAVALCANTE, 2009). A figura 2 mostra algumas das Unidades de Conservação localizadas no estado da Paraíba, incluindo o PEPB ao norte do mapa:

Figura 2: Mapa do Estado da Paraíba – localização do PEPB



Fonte: SUDEMA, 2006.

O Parque Estadual Pedra da Boca possui esta denominação devido à formação rochosa de 336 metros formada pelo processo erosivo, a qual apresenta uma cavidade provocada por agentes endógenos e exógenos, com configuração semelhante a uma boca aberta (CAVALCANTE, 2009). Sendo assim, o parque possui outras formações rochosas, em que a ação da chuva e dos ventos provocou formatos curiosos, como é o caso da Pedra da Caveira, do Letreiro e do Forno.

Figura 3: Formação rochosa com configuração semelhante a uma boca aberta.

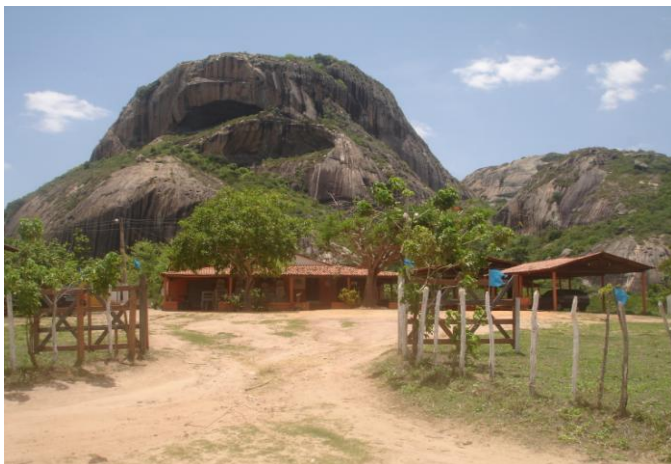


Foto: Dênis Decussatti, 2012.

O parque está localizado no Bioma da Caatinga, com um clima semiárido, com baixa precipitação média anual. Este sistema de chuvas extremamente irregular produz secas periódicas, resultando em adaptações do bioma as condições mais adversas. Seu solo raso e pedregoso é marcado por uma vegetação de médio e pequeno porte, arbustiva, ramificada e espinhosa (LEAL *et al.*, 2005).

A caatinga, bioma em que o parque está inserido, é o único ecossistema exclusivamente brasileiro. Mesmo diante esta exclusividade ao patrimônio nacional, são escassos os estudos científicos atentos a este bioma. Como consequência desta falta de estudos no bioma e suas possíveis intervenções, várias espécies estão ameaçadas de extinção. Agravando a situação, há ausência de políticas voltadas para a conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais deste bioma tipicamente brasileiro (TABARELLI e SILVA, 2002).

Neste sentido, há uma crescente preocupação em relação à degradação do bioma brasileiro e do ecossistema global. Segundo Ferreira (2005), simultaneamente a esta crescente necessidade de preservação da caatinga paraibana, a região do parque tornou-se uma atração turística do estado, devido a sua paisagem rochosa favorável a prática de esportes de aventura na natureza. Para o autor, esta preocupação ambiental contribuiu para que esportistas de aventura, frequentadores da região, atentos as ações de desgaste ambiental ao bioma local, auxiliassem o então prefeito do município de Araruna no ano de 2000, na criação e consolidação do Parque Estadual Pedra da Boca.

Dotado de uma beleza cênica de paredões rochosos, o PEPB revela-se como uma potencialidade turística da região e do estado paraibano. Entretanto, o processo de criação deste ponto turístico se mostrou bastante conflituoso junto à população residente local. Segundo Silva (2008), a ação de criação do parque delimitando as dimensões do patrimônio exerceu uma forte pressão a comunidade local, recorrendo ao autoritarismo para a remoção das famílias locais da nova área ambiental preservada.

Certamente a criação de uma Unidade de Conservação implica na delimitação da área a ser preservada e está associada à desapropriação desta mesma área. No caso do PEPB foi necessária a desapropriação de uma área de 157,3 hectares, removendo as famílias residentes nesse perímetro (CAVALCANTE, 2008). Sendo assim, para que a desapropriação da área estivesse de acordo com o interesse de todos os envolvidos, seria necessário a conciliação dos interesses públicos e privados, neste caso, do governo do estado e dos moradores locais.

Atentos a esta necessidade de conciliação de interesses, Cavalcante e Pazera (2005) defendem que o pressuposto para a criação de Unidades de Conservação esta na conciliação dos interesses entre as partes envolvidas. Para os autores, os benefícios que as UC's podem gerar como preservação e exploração turística consciente, dependem fundamentalmente de um planejamento, implantação e monitoramento em concordância a população residente local. Portanto, a criação do PEPB necessita ser relevante, assim como a área ambiental a ser preservada, a comunidade residente local junto de sua cultura e suas formas de sobrevivência.

4.2 ATIVIDADES DO PARQUE ESTADUAL PEDRA DA BOCA

O parque conta com diferentes formações rochosas, como a Pedra da Caveira, do Letreiro e do Forno, marcando as trilhas ecológicas existentes. Esta variedade geológica garante a beleza do parque e o fluxo turístico da região, frequentado por universitários, desportistas e pesquisadores. Os turistas são atraídos para contemplação do local e para prática do turismo de aventura.

O PEPB é o principal destino de turismo de aventura do estado (REGALA,2011). Sendo assim, o parque possui uma diversidade em suas atividades, contendo atrativos para turistas de todas as idades. As atividades mais procuradas são trilhas, escaladas e rapel. Existem diferentes níveis de dificuldade

destas atividades, resultando na visitação desde turistas convencionais a esportistas profissionais. A variação nos níveis de dificuldade das modalidades esportivas praticadas no parque é pelas vias de acesso, que vão desde vias utilizadas na iniciação esportiva até as vias de alto grau de complexidade.

Nas imediações do parque existem apenas dois guias locais responsáveis por toda a extensão territorial. Esta escassez de guias faz com que os passeios necessitem ser pré-agendados. Um guia é responsável pelas atividades de corda, como escalada e rapel. O outro guia realiza trilhas e explicações históricas do local. Aos finais de semana, dias de maior visitação ao parque, a sobrecarga aos guias é evidente. Este reduzido número de guias locais coloca em risco a segurança dos praticantes, visto que os turistas necessitam serem conduzidos e monitorados em tempo integral. Outra preocupação em relação a esta discrepância entre o número de guias e turistas está relacionada à vigilância necessária as ações degradantes por parte dos visitantes. De fato, há apenas dois guias responsáveis por fiscalizar as ações dos visitantes no parque, ao longo dos 157,3 hectares de extensão. Também são esses mesmos guias que revisam os grampos utilizados nas atividades de escalada e rapel, assim como mantêm as trilhas ecológicas e removem o lixo do parque.

Esta preocupação relacionada ao elevado número de turistas se revela ainda mais preocupante quando considerado o santuário religioso inserido na área conservada do parque. O santuário da Nossa Senhora de Fátima foi inaugurado no dia 13 de maio de 2010, pelo então governador do estado. Uma estrutura de concreto foi criada para a celebração das missas religiosas. Em meio à natureza, ergueu-se uma estrutura de concreto, destacando esta enorme construção diante a área natural preservada, como pode ser observado na figura 4:

Figura 4: Santuário de Nossa Senhora de Fátima



Foto: Dênis Decussatti, 2012.

Localizado no PEPB, mais precisamente na Pedra do Letreiro, o santuário atrai milhares de fiéis ao longo do ano. A Diocese de Guarabira (PB) e a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Araruna (PB) são responsáveis por programar para os dias 13 de cada mês, a tradicional missa ao ar livre. No dia 13 de maio, dia específico da santa, o número de visitantes se aproxima a 10 mil pessoas, um número elevado de visitantes, tendo em vista a necessidade de preservação da área ambiental (CAVALCANTE, 2009).

Este excessivo número de visitantes dificulta a preservação do parque criado com princípios de conservação. O local em que o santuário está localizado, visivelmente é a parte mais poluída do parque, por ser bastante frequentada por turistas religiosos. Segundo Leuzinger (2004), assim como o PEPB, o uso público das Unidades de Conservação tem crescido nos últimos anos. Para o autor, em virtude da popularidade que o turismo ecológico vem alcançando, é necessário conciliar o uso público com a preservação da biodiversidade destas áreas legalmente protegidas. No entanto, objetivando a conservação dos recursos naturais, a visitação turística deve ser mediada por um plano de manejo, especificando as regras, normas e objetivos da área conservada.

O crescimento vertiginoso de atividades de recreação e lazer em áreas naturais e em unidades de conservação estimulou a preocupação sobre os impactos ambientais que a má utilização destes espaços possa gerar. Segundo Melo *et al.* (2008), o monitoramento de impactos da visitação em áreas naturais protegidas

deve estar fundamentado no comportamento dos visitantes. Para o autor, o fato do PEPB não possuir um plano de manejo que oriente, regule e controle a visitação ao parque, dificulta sua conservação local.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (2000), toda unidade deve conter um plano de manejo, essencial para esclarecer as ações destinadas a alcançar os objetivos propostos. Dessa forma, este documento técnico fundamentado em seus propósitos e objetivos quanto Unidade de Conservação, estabelece normas que irão nortear o uso da área e dos recursos naturais, favorecendo a preservação e o uso adequado destas áreas conservadas.

5. A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PEDRA DA BOCA E A PARTICIPAÇÃO DOS ARARUENSES

A participação social é entendida como um elemento essencial ao desenvolvimento contemporâneo (BANDEIRA, 1999; SEN, 2000; VEIGA, 2008). A capacidade das pessoas intervirem nas decisões e definições de metas futuras de desenvolvimento favorece a formação de sociedades mais igualitárias. Putman (2008) corrobora com esta perspectiva, atribuindo à articulação e participação ativa da sociedade, como explicação para os altos índices de desenvolvimento em algumas regiões. Municípios e comunidades mais desenvolvidos contam com o envolvimento ativo dos seus cidadãos em suas políticas de desenvolvimento.

No caso de Araruna/PB, especialmente no entorno do Parque Estadual Pedra da Boca (PEPB), o envolvimento da sociedade em decisões e ações relacionadas ao parque têm sido pouco expressivas. Na análise das entrevistas deste estudo, não foi evidenciado o envolvimento da população nas decisões e ações relacionadas ao parque. As palavras de um morador da cidade sintetizam o sentimento da população em relação ao parque: “Desde o surgimento deste parque, não participei de nenhuma ação aqui. Nem mesmo na criação desse parque.” De acordo com Bandeira (1999) e Saquet (2011), a escassa interação da população local, assim como foi observado em Araruna/PB, é um entrave ao desenvolvimento socialmente equilibrado dos municípios.

Analisando o município de Araruna/PB a partir da perspectiva trabalhada por Uderman (2008), constata-se que a falta da participação da população nas decisões e ações sociais e a desarticulação entre as ações do governo e a população é característico das regiões Norte e Nordeste. Para esta autora, isso é consequência do modelo de desenvolvimento adotado pelo país, que privilegiou a industrialização das regiões Sul e Sudeste, e relocou as regiões Norte e Nordeste ao segundo plano em sua política de desenvolvimento.

Vogt (2009) destaca a migração como a principal explicação para o distanciamento entre população e governos nessas regiões. Diferente da região Sul, onde a migração alemã e italiana foi predominante e difundiu uma relação mais próxima entre sociedade e estado, no Nordeste e Norte brasileiro esta relação não se deu de forma ampla.

Entretanto, os estudos dos municípios de Beberibe/CE e Camocim/CE realizado por Coriolano e Mendes (2009), e Silves/AM realizado por Cruz (2008), são exemplos de municípios que estão nas regiões Norte e Nordeste e não foram colonizados por alemães e italianos, mas que possuem realidades opostas a encontrada na cidade de Araruna/PB. Nestes municípios, os cidadãos partilham as informações e participam das decisões coletivas que tenham por objetivo promover o desenvolvimento local. Assim como Araruna/PB, são municípios com perspectivas turísticas e que dependem do trabalho coletivo de seus cidadãos para consolidarem-se como destinos para a atividade turística. Os poderes locais dessas cidades acima referenciadas foram ao longo do tempo estimulando seus cidadãos a envolverem-se em atividades relacionadas ao turismo local, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Em relação à Araruna/PB e ao PEPB esta ausência de proximidade entre o parque e a população local é o reflexo de um processo conflituoso, que se iniciou com a falta da participação da população local nas decisões de criação do parque:

Moro aqui há 82 anos. O parque não trouxe nada de bom para mim. Depois que passaram esta cerca, sem perguntar o que nós achávamos disso, não piso mais meus pés lá e nem quero conversa com o governo, que vem muito raramente aqui. (Morador da área próxima ao PEPB)

O discurso de distanciamento dos moradores próximos à área ao parque é o reflexo da falta de participação nas decisões e ações no processo de criação do mesmo. Esta falta de participação inicial influenciou na atual recusa dos moradores nas ações vinculadas ao parque.

Analisando este fato na perspectiva de Regala (2011), incluir a comunidade local no processo de criação de Unidades de Conservação (UC), desperta na população o sentimento de pertencimento. A população local quando participa ativamente do processo de criação de uma UC, sente-se envolvida e tende a aproximar suas iniciadas particulares à área preservada. Neste sentido, no PEPB, esta preocupação de inclusão da comunidade local não ocorreu.

Para a criação do PEPB, além do não envolvimento da população local no processo, houve a desapropriação de terras. Famílias foram desapropriadas para que a Unidade de Conservação fosse criada. A desapropriação provocou um descontentamento nos moradores da região próxima ao parque.

5.1 SEM TERRAS: A HISTÓRIA DA DESAPROPRIAÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação determina que as UCs criadas devam ser de propriedade do poder público (BRITO, 2000; SNUC, 2000). Sendo assim, caso a área a ser transformada em UC seja de propriedade particular, ela será declarada de necessidade ou utilidade pública para fins de desapropriação. Este é o caso do PEPB. A área na qual o parque foi criado era de propriedade privada de moradores da região. Como consequência, a desapropriação desta área gerou a insatisfação da população local.

Toda essa terra aí cercada era de várias pessoas aqui da região. Mas o governo teve que comprar para fazer esse parque. Agora o que sobrou da minha terra, é pouco espaço para meu roçado (Moradora da área próxima ao PEPB).

O SNUC favoreceu a formação de UCs em todo o país. Com isso, o governo paraibano, que por sua vez não possuía nenhuma UC em seu território, valeu-se deste cunho legal para criar seus espaços protegidos. Segundo o coordenador de estudos ambientais da SUDEMA, entrevistado para o presente estudo, as principais áreas ambientais do estado, especialmente dotadas de um fluxo turístico, tornaram-se unidades de conservações paraibanas. Sendo assim, a área de 157,3 hectares localizada na cidade de Araruna/PB, com perspectiva turística, foi cercada e transformada no Parque Estadual Pedra da Boca.

O governo paraibano criou no período de dois anos, de 2000 a 2002, dez unidades de conservação, dentre elas, seis parques estaduais (SUDEMA, 2012). Como aponta Pires (2002), a grande quantidade de unidades de conservação criadas, evidencia a propagação do turismo em ambientes naturais. Dentro desse contexto, Coriolano (2001) e Zaoual (2008) também apontam que a difusão do turismo em áreas ambientais é uma forte alternativa para o desenvolvimento de municípios com pequenas economias, grupos e comunidades. Entretanto, este turismo necessita incluir a participação ativa das comunidades locais e manter-se vigilante a conservação das áreas naturais.

No caso específico de Araruna/PB, para a criação da Unidade de Conservação do PEPB foi necessária a desapropriação da população local, gerando uma repercussão negativa na qualidade de vida dos moradores. De acordo com Silva (2008) e Cavalcante e Furtado (2011), houve intensa discordância entre

moradores e governo do estado no período da desapropriação da área do parque. Moradores desapropriados, impossibilitados de continuar vivendo na região, transferiram-se para municípios vizinhos, modificando o seu cotidiano, suas relações sociais e laborais.

Segundo o discurso do coordenador de estudos ambientais da SUDEMA, o PEPB, por possuir uma reduzida área preservada, uma caatinga fragilizada e um monumento natural em seu território, caracteriza-se como uma UC de proteção integral. Para a SNUC (2000), as áreas de proteção integral não permitem residentes em sua área. Entretanto, mesmo com esta proibição de residentes na área preservada, o SNUC (2000) prevê ações de valorização às comunidades locais, como: proteção e conservação da comunidade e cultura local. No PEPB a valorização da comunidade e da cultura local prevista na legislação do SNUC (2000) não foi considerada.

Partindo-se do pressuposto que o direito de propriedade é um direito constitucional, líquido e certo, que atinge todos os cidadãos brasileiros, presente no artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), constata-se a importância e o cuidado que se deve ter ao desapropriar, uma vez que se está ferindo uma cláusula pétrea da nossa constituição (ALEXANDRINO e PAULO, 2009). Embora também estejam expressos na mesma lei, os casos em que possa haver desapropriação, é importante ressaltar que a constituição prevê a indenização prévia e justa, conforme explicita o art. 5º, XXIV, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988:

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Analisando ainda esta questão a partir de Cavalcante e Pazera (2005), a conciliação dos interesses é o pressuposto na criação de Unidades de Conservação. Entretanto, esta conciliação de interesses entre o governo do estado e os moradores da região na criação do PEPB não foi constatada dos discursos dos entrevistados. Mesmo com o direito garantido por lei, alguns residentes do PEPB forçosamente deixaram suas casas e outros foram obrigados a vender parte de suas propriedades a um preço abaixo do mercado. A venda de parte das propriedades, ainda é lembrada com muito ressentimento na comunidade local.

Moro aqui há 36 anos. Isso é uma história longa, com projeto do governo. Não sei o que eles viram aqui. Convocou um bocado de proprietário e pegou as terras. Eles pagaram o preço que eles decidiram. Quando fui receber o dinheiro, na hora que me deram a caneta para assinar eu perguntei: eu sou obrigado a vender a terra? Mas eu sei que eles podem desapropriar ou pagar quanto quiserem e quando quiserem. Eu tinha saída? Não tinha. Foi assim que participei da criação do parque: sendo obrigado a vender minha terrinha (Morador, 87 anos).

Com esta realidade, a forma de participação, se assim se pode caracterizar, da população na criação do PEPB, foi por meio de entrega de suas terras ao governo ou a venda por preços injustos de suas propriedades. Brito (2000) e Vianna (2008) sintetizam as atuais consequências para as comunidades locais da criação das UCs em território nacional. Para os autores, as UCs brasileiras, em sua maioria, são de usos limitados, restringindo o acesso dessas comunidades ao seu local de origem e aos recursos considerados essenciais a sua sobrevivência.

A relevância social defendida por Sachs (2009), Sen (2000) e Veiga (2008) não foi considerada na criação do PEPB. A forma como os araruenses foram envolvidos no processo de criação do parque, cedendo e vendendo injustamente suas terras, denuncia esta não relevância da comunidade local, nas ações do governo no que diz respeito ao PEPB. Na criação do parque, ficou evidente que o olhar do governo direcionado ao desenvolvimento turístico da região tornou-se míope aos moradores desapropriados.

Morin (2011), discutindo sobre a busca do progresso acima das questões sociais, faz a seguinte indagação: o que se perde quando se ganha o progresso e o desenvolvimento? Como resposta, o autor sugere o lado negativo das ambiguidades criadas pelo próprio desenvolvimento. Para ele, as ações de desenvolvimento que ignoram as questões sociais criam consequências danosas à sociedade e ao desenvolvimento observado de forma global. Quando o morador, em entrevista, afirma que o parque não trouxe nenhum lado positivo para sua vida, enfatizando como lado negativo o fato de ter perdido sua propriedade, torna-se evidente que a política de desenvolvimento paraibana, ao criar o PEPB, se eximiu das preocupações relativas às questões sociais.

Ainda analisando a desapropriação dos moradores de Araruna/PB a partir da perspectiva de Morin (2011), a perda das suas residências, as dissipações das lembranças e da relação afetiva com o lugar e com a cultura local representam

também o lado negativo dessas ambiguidades. Nesta mesma perspectiva de Morin (2011), Burity (2007) ressalta que as estratégias de desenvolvimento seriam mais eficazes se valorizassem a cultura das comunidades e suas relações afetivas com o local. Desta forma, se a cultura local fosse valorizada, as consequências negativas seriam suavizadas, preservando, por sua vez, a intenção dos governos de promoverem o desenvolvimento local.

A desapropriação dos moradores ocorreu no ano de criação do PEPB, em 2000. Neste período, o discurso de desenvolvimento estava despertando para a valorização das pessoas e da cultura local (BANDEIRA, 1999; ORTIZ, 2008; SACHS, 2005, SEN, 2000). Paradoxalmente, no caso do PEPB, parte da comunidade estava sendo desapropriada. Desde este período até o presente, as contradições do PEPB continuam, com a ausência de ações de governo na região, no que diz respeito ao parque.

5.2 A GUARITA: ENTRE A PROTEÇÃO DO PARQUE E O AFASTAMENTO DOS MORADORES

A criação de Unidades de Conservação em território nacional prevê a promoção de ações que envolvam a população local à área preservada (SNUC, 2000). Dessa forma, toda UC criada tem por obrigatoriedade desenvolver ações em favor da comunidade que encontrar-se nestas áreas. Entretanto, com base nas entrevistas realizadas, são escassas as ações que aproximam a população de Araruna/PB ao PEPB. A relação distante entre população local e PEPB, iniciou-se na criação do parque e se mantêm ainda nos dias atuais.

Em entrevista, o Secretário de Turismo de Araruna/PB confirma a carência de ações que aproximem os araruenses ao PEPB, ao afirmar que atualmente não há nenhuma ação desenvolvida no PEPB que busque esta aproximação. Com base em Coriolano e Mendes (2009), Ribeiro (2008) e Zaoual (2008) evidencia-se a importância do estabelecimento de uma relação aproximada entre destinos turísticos e comunidades locais. A Secretaria de Turismo, órgão responsável pelo desenvolvimento e promoção do PEPB, e a SUDEMA, órgão responsável pela administração do PEPB, não promovem ações que incentivem um vínculo mais próximo entre o parque e a população araruense: “Atualmente a SUDEMA não promove nenhuma ação no PEPB, embora estas ações sejam nossas prioridades

para este próximo ano” (entrevistado: Coordenador de Estudos Ambientais – SUDEMA).

Aproximar os vínculos com a sociedade exige uma postura mais descentralizada por parte das instâncias governantes, compartilhando informações e dando a comunidade capacidade de escolha nas definições de suas prioridades (BAQUERO, 2003; BRAGA e CARVALHO, 2004; BURSZTYN e ROCHA, 2005; RATTNER, 2002; VOGT, 2009). Nesta perspectiva, as comunidades participam na definição de metas e objetivos, assim como nas discussões sobre as principais problemáticas do lugar e da região.

Buarque (2008) afirma que a participação direta da sociedade é o pressuposto básico para o desenvolvimento das questões de ordem pública. Entretanto, a ausência de um plano de manejo para o parque, com o apoio social dos moradores, confirma a realidade contrária do ressaltado por Buarque (2008). Essa situação fica ainda mais evidente ao se constatar, nas palavras do entrevistado, o Coordenador de Estudos Ambientais da SUDEMA, que “o plano de manejo deveria ter sido elaborado pela SUDEMA em conjunto com a comunidade residente no entorno do parque.” A elaboração do plano de manejo é um meio de conciliar os interesses da SUDEMA e a comunidade local.

Segundo a SNUC (2000), a elaboração do plano de manejo deve ocorrer no prazo máximo de cinco anos, após a criação da Unidade de Conservação, sendo revisado e reelaborado a cada cinco anos. Entretanto, até o presente momento, as ações entre SUDEMA e moradores do PEPB, que resultaria na construção do plano de manejo, ainda não ocorreram. A ausência de um plano de manejo evidencia também uma política de desenvolvimento excludente. A política excludente é contrária ao modelo de desenvolvimento defendido por Bandeira (1999), Sachs (2009) e Sen (2000), que valoriza o cidadão nas decisões de uso do espaço em que ele habita.

Esse hiato existente entre comunidade araruense e SUDEMA nos remete ao conceito de sociedade individualizada de Bauman (2008). Para o autor, a sociedade reclusa em suas obrigações se abstém de participar de ações de interesse coletivo e, quanto menos incentivada neste aspecto, mais recolhida esta sociedade se tornará. Com base em Bauman (2008), quanto menos os araruenses forem estimulados por órgãos competentes a envolverem-se em atividades relacionadas ao parque, maior será a impassibilidade da comunidade em relação ao mesmo.

A não participação dos araruenses coincide com dois dos principais problemas dos municípios brasileiros citados por Westphal (2000): a não mobilização da população e a ausência de vontade política. O primeiro problema representa a população araruense, que não apresenta vontade de mobilização social direcionada ao PEPB. O segundo problema, pode-se associar a SUDEMA e a Secretaria de Turismo, por não traçarem estratégias de mobilização da população local.

Em palavras do Secretário de Turismo, “o governo do estado da Paraíba, por intermédio dos órgãos competentes, construiu nesses treze anos de parque, apenas duas ações no local.” Uma ação que se refere o Secretário é a construção de um anfiteatro próximo ao santuário; a outra ação refere-se a uma guarita de proteção ao parque. Segundo Cavalcante e Mariano Neto (2007) e Silva (2008), o anfiteatro tornou-se um dos maiores problemas da região, por ter sido construído sem levar em consideração os elementos naturais e os impactos ambientais que iria causar. O anfiteatro afetou o bioma da caatinga preservada existente no local e destoou com sua estrutura de concreto a beleza natural do lugar.

A guarita representa a segurança do parque, e principalmente a do anfiteatro construído. Quando moradores, em entrevista, afirmam que no parque há dois guardas preservando constantemente o anfiteatro construído, fica evidente a prioridade da proteção do anfiteatro, em relação ao patrimônio natural do PEPB, uma vez que nas outras áreas do parque, a segurança é inexistente. Analisando esta realidade a partir de Sachs (2009), a desatenção com as questões ambientais no PEPB, impossibilita Araruna/PB de conquistar um desenvolvimento de forma mais sustentável.

As ações supracitadas, especialmente relativas à construção da guarita, provocaram a inibição dos moradores da comunidade local a continuarem frequentando o PEPB após sua criação. As palavras do morador local sintetizam este constrangimento:

Frequentava lá antes de passarem esta cerca e colocarem estes guardas. Mas não frequento mais. Parece que os guardas olham a gente o tempo todo. Acho que os homens não querem mais vizinho nenhum ali dentro (Morador, 89 anos).

A recusa dos moradores mais antigos a continuarem a visitar, o parque após a construção da guarita nos remete novamente as ambivalências negativas do

desenvolvimento de Morin (2011). Mesmo sendo construída com o propósito de conservação do anfiteatro, a guarita trouxe uma repercussão negativa. A guarita afugentou os moradores mais antigos da comunidade, acostumados a frequentar o parque, antes mesmo de se tornar uma Unidade de Conservação. Para estes moradores, a imagem da guarita e a presença dos guardas estão associadas à supervisão de suas ações, fazendo com que se sintam constantemente vigiados e poucos à vontade no uso do espaço do PEPB.

A guarita que simboliza a segurança, a proteção e a preservação, adquiriu significados diferentes no PEPB. Para alguns moradores, a imagem da guarita está associada a obstáculo, obstrução e empecilho no uso do espaço do parque. Estas associações negativas distanciam ainda mais a população araruense do Parque Estadual Pedra da Boca.

6. PARQUE ESTADUAL PEDRA DA BOCA: O OLHAR DOS MORADORES DE ARARUNA/PB

As percepções das comunidades sobre as políticas de desenvolvimento dos municípios é um ponto de partida para a construção de um modelo atento à qualidade de vida humana (JANNUZZI, 2002; PONTUAL, 2002; MINAYO, 2000). A visão dos cidadãos sobre as políticas de desenvolvimento auxilia na definição de metas, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população local. Keinert (2002) corrobora com esta perspectiva, evidenciando que atualmente, as políticas de desenvolvimento contam com dois olhares: um externo, representando o olhar das instâncias governamentais aos municípios; e outro interno, representando o olhar dos próprios cidadãos aos municípios.

Na perspectiva Keinert (2002), o olhar externo é caracterizado como informações relevantes sobre políticas de desenvolvimento dos municípios, utilizadas por governos nacionais e estaduais, e eventualmente investidores internacionais, para gerar mais desenvolvimento. O olhar interno caracteriza-se como informações providas de residentes municipais para se pensar problemáticas, suavizar diferenças e trabalhar as potencialidades destes municípios. Neste contexto, conhecer as particularidades dos municípios a partir do olhar dos moradores locais auxilia na compreensão da qualidade de vida da população local.

Nessa perspectiva de valorização da visão dos moradores, para Lopez *et al* (1999), compreender a percepção da população sobre as políticas de desenvolvimento é imprescindível para revelar os pontos positivos das mesmas. Para o autor, a política de desenvolvimento é considerada vantajosa para a qualidade de vida da comunidade local, quando de fato releva as percepções que as comunidades possuem sobre o tema. Sendo assim, analisando Araruna/PB a partir da perspectiva de Lopez *et al.* (1999), as percepções da população local sobre o PEPB é um contributo relevante, na identificação das contribuições do parque para a qualidade de vida dos cidadãos araruenses.

Entretanto, os dados sobre a identificação da percepção da comunidade de Araruna, sobre a influência do PEPB para a qualidade de vida das pessoas do lugar, apontam para um sentido contrário ao discutido pelos autores anteriormente citados. Como ressalta o proprietário da primeira pousada a ser construída em Araruna/PB,

“a mentalidade do governo não mudou. Esse parque ficou muito solto. Ninguém pergunta sobre o que as pessoas daqui pensam ou querem do parque.”

Para Bursztyn e Rocha (2005) e Valdivieso (2009), a não valorização da população local, como constatado em Araruna/PB, influencia negativamente na qualidade de vida dos municípios. Bursztyn e Rocha (2005) enfatizam que a valorização da participação ativa do cidadão é fundamental a uma política de desenvolvimento atenta a qualidade de vida humana. Valdivieso (2009) corrobora com esta perspectiva, quando afirma que a desvalorização da percepção da população local sobre as políticas de desenvolvimento, simboliza o descompromisso que estas mesmas políticas possuem com a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Ainda seguindo esta perspectiva, Jannuzzi (2002) analisa que as opiniões dos moradores constituem a forma mais eficaz de compreender o contexto social de cada comunidade. Para o autor, a visão dos cidadãos sobre a comunidade e suas necessidades elucida as particularidades de cada local. No caso de Araruna/PB, a visão dos moradores auxilia na compreensão das particularidades entre a população araruense e o PEPB. Dentre estas particularidades está a percepção do parque enquanto espaço de lazer. Para a população local, o parque é um espaço de práticas de lazer, entretanto, o mesmo não é utilizado por ela para seus momentos de descanso e/ou de divertimento.

6.1 LAZER E TURISMO: UMA CONTRADIÇÃO NO PARQUE ESTADUAL PEDRA DA BOCA

As Unidades de Conservação brasileiras são áreas verdes direcionadas à preservação dos recursos naturais, a prática do lazer e de atividades recreativas (COLESANTI *et al.*, 2007). O PEPB, por ser uma UC, possui estas características. Em concordância com o autor, as análises das entrevistas revelam que a população de Araruna/PB associa o parque ao lazer do município. As palavras do secretário de Desenvolvimento Social do município evidenciam esta percepção:

Com a criação do parque, além da preservação das questões ambientais, a população araruense pode desfrutar de várias atividades de lazer, como: trilhas, prática de esportes e passeios contemplativos (Secretário de Desenvolvimento Social).

Segundo Rodrigues (2001), Betrán (2002), Piucco (2005) e Pimentel (2006), nas sociedades hodiernas há uma evidente aproximação entre lazer, espaços naturais e Unidades de Conservação. Para Rodrigues (2001), a aproximação do lazer à natureza é fruto de transformações sociais, como o surgimento de novos hábitos e estilos de vida. Betrán (2002), por sua vez, afirma que a consolidação do lazer como prática social resultou no despertar de atividades de aventura junto à natureza. Piucco (2005), concordando com a perspectiva de Betrán (2002), acrescenta que no cenário moderno as pessoas estão à procura de atividades de lazer ligadas ao meio natural, a fim de tornar a prática mais prazerosa. Pimentel (2006) evidencia a aproximação do lazer e áreas naturais como estratégia humana para mudar a rotina, minimizar os efeitos negativos urbanos e buscar aventura. Em todos os autores supracitados, há um consenso sobre a tendência de valorização dos espaços naturais, assim como o PEPB, para atividades ligadas ao lazer.

Embora a teoria revele uma aproximação entre lazer e espaços naturais, as análises das entrevistas apontam para um sentido contrário ao discutido pelos autores anteriormente citados. Em Araruna/PB, mesmo a população local associando o PEPB ao lazer do município, constata-se que essa aproximação ao parque não acontece. Segundo a entrevista do Secretário de Turismo de Araruna/PB, a maior evidência da população local não ter despertado para o PEPB, é o fato dos araruenses não possuírem o hábito de frequentar o parque em seus momentos de lazer. Embora seja uma alternativa de lazer para o município, o parque não é frequentado por seus cidadãos.

Krippendorf (2000) e Marcellino (2007) afirmam que há uma revolução silenciosa, na qual o lazer consolida-se como um valor social e aproxima-se dos espaços naturais. Segundo Krippendorf (2000), a revolução silenciosa que o mundo vem sofrendo está associada à substituição de valores fixados por uma sociedade industrial, em novos valores descobertos por uma sociedade que estima o lazer. O trabalho gradativamente deixa de ser a questão central das sociedades atuais, dando ao lazer a oportunidade de se tornar uma prioridade destas mesmas sociedades. Marcellino (2007) confirma esta consolidação do lazer nas sociedades hodiernas apontada por Krippendorf (2000), acrescentando que há uma tendência de aproximação destes emergentes valores aos ambientes naturais. Entretanto, a aproximação entre lazer e espaços naturais apontado por Krippendorf (2000) não foi constatado no município araruense. Essa realidade torna-se ainda mais evidente,

quando o Secretário de Turismo de Araruna/PB afirma que “muitos araruenses desconhecem quais são as atividades oferecidas no Parque Estadual Pedra da Boca”.

Analisando esta realidade a partir das perspectivas de Stigger (1998), Brasileiro *et al.* (2001), Marcellino (2001) e Bodsteisn *et al.* (2005), o lazer nas sociedades modernas, possui a prática esportiva como uma de suas variadas possibilidades. Para Stigger (1998), devido a prática esportiva revelar-se como uma das principais formas de lazer da atualidade, é importante que se estimule políticas de incentivo a participação de toda a população. Nessa mesma perspectiva, Brasileiro *et al.* (2001) e Bodsteisn *et all* (2005) ressaltam a prática esportiva como forma de lazer, assim como uma das variadas dimensões que compõem a qualidade de vida. Brasileiro *et al.* (2001) ainda destaca que o lazer esportivo como indicador de qualidade de vida, depende da identificação entre a prática esportiva e quem pratica.

No entanto, algumas destas práticas esportivas implicam em um maior investimento em equipamentos de segurança. Em entrevista, um geógrafo do município de Araruna/PB aponta o alto custo dos equipamentos de segurança necessários para a prática de rapel e escalada, atividades oferecidas no PEPB, como uma limitação a difusão dos esportes no município. Nazari (2007) confirma que o rapel e a escalada são esportes de alto custo e, por isso, os considera elitizados e de difícil propagação.

Juntamente com a elitização do tipo de esportes oferecidos no parque, o difícil acesso também foi evidenciado como uma das causas do não envolvimento da população de Araruna/PB com as atividades oferecidas. Especialmente para os araruenses residentes na zona urbana do município, o acesso ao parque se revelou bastante dificultoso:

A relação do município e o parque para o lazer ainda é pouco explorada, devido ao acesso que é ruim. O acesso daqui da cidade mais próximo ao parque são 16 km em estrada de barro, tendo que passar por vários sítios no caminho. O outro acesso via BR é melhor, mas é muito mais distante (Geógrafo do Município).

No caso dos araruenses residentes no entorno do PEPB, os dados apontam que a inutilização do parque como área de lazer da população local é consequência

da postura preservacionista da SUDEMA, órgão que administra a Unidade de Conservação. Em entrevista, o coordenador de Estudos Ambientais da SUDEMA afirma que o PEPB foi cercado para que os moradores vissem claramente a sua delimitação e não depredassem a área conservada. Entretanto, essa delimitação da área protegida inibiu os moradores próximos ao PEPB a continuarem frequentando o local para suas práticas cotidianas e de lazer:

A população daqui pouco frequenta o parque. Às vezes entram para buscar uma fruta ou algo assim. Mas não vem fazer atividade não. Acho que ficam com medo de destruírem ou estragarem o parque. Antes até vinham caminhar ou ver a paisagem, mas hoje não vejo mais isso (Morador, 58 anos).

A preservação do PEPB, a ponto de inibir os moradores a frequentarem o local, nos remete ao mito moderno da natureza intocada de Diegues (1996). De acordo com o autor, o mito criou a ideia da natureza intocada, distanciando a natureza das ações do ser humano, a fim de mantê-la pura e intacta. Essa postura de extrema valorização e preservação dos ambientes naturais, ao ponto de isolá-los do convívio humano, distancia ainda mais o ser humano de sua natureza primeira. Nesta perspectiva, a população de Araruna/PB ciente que o PEPB é uma Unidade de Conservação e, por isso, está repleto de significados de preservação e conservação, sente-se receosa de utilizar as áreas do parque.

Ainda com base em Diegues (1996), Bruhns (2010) analisa o mito da natureza intocada, defendendo o arrefecimento da postura extremista que este mito traz consigo. Para a autora, a problemática da relação entre ser humano e espaços naturais não está no fato, mas na maneira de intervenção. A degradação das áreas ambientais protegidas não se resume ao fato do ser humano frequentar estes locais. A problemática esta na utilização inapropriada dos espaços conservados, resultando na destruição do bioma. Analisando Araruna/PB na perspectiva de Bruhns (2010), a preservação do PEPB não está associada ao isolamento do parque, mas na utilização consciente dos recursos naturais presentes no local. A conservação do PEPB está relacionada à forma de intervenção da população de Araruna/PB sobre o parque, diferente do isolamento da população local observado nas análises dos dados.

O hiato existente entre comunidade local e PEPB é justificado pela necessidade de conservação do parque para atrair turistas. As palavras do

proprietário da segunda pousada a ser construída em Araruna/PB evidencia a preocupação da conservação local, para promover o turismo na região: “Aquela área tem que ser guardada para o turista. O parque é o chamativo daqui. Ele é muito bom para minha economia.” Para Vlek (2003), a exacerbação dos interesses individuais coloca em risco os interesses da comunidade. Na perspectiva do autor, quando a preocupação com o desenvolvimento individual extrapola o comprometimento com os interesses coletivos, o bem-estar das comunidades é comprometido. O entrevistado anteriormente citado apresenta a preocupação dos interesses individuais, sem fazer referência ao desenvolvimento coletivo, que gera qualidade de vida para as pessoas do lugar.

Analisando os interesses dos turistas por encima aos interesses das comunidades, Coriolano (2005) ressalta que priorizar o bem-estar dos turistas acima da população local pode revelar o lado perverso do turismo, gerando simultaneamente inclusão e exclusão. A inclusão no turismo, segundo a autora, refere-se a uma minoria de turistas e pequenos grupos de investidores incluídos no processo turístico. Por outro lado, a exclusão no turismo faz referência a grande maioria da população local excluída do mesmo processo. Analisando Araruna/PB na perspectiva da autora, os turistas estão incluídos nas atividades de lazer que o PEPB oferece, em contrapartida, os araruenses representam o lado excluído dessa mesma atividade.

Krippendorf (2000) afirma que o hiato existente entre turistas e comunidades residentes, tende a crescer ainda mais, isolando a população local. Para o autor, os destinos turísticos destinam-se aos visitantes e, em sua maioria, são desfavoráveis ou não convém à população local. Dessa forma, os destinos turísticos atraem visitantes, mas muitas vezes os separa da comunidade local. Em relação ao PEPB, ao passo que ele atrai turistas para a região, os isola da população araruense, visto que a comunidade não frequenta o parque para praticar as atividades de lazer que os turistas praticam.

Analisando ainda essa questão a partir de Marcellino (2007), a busca constante do ser humano pelo lazer é motivada por uma necessidade de convivencialidade. Para o autor, o lazer supre uma necessidade natural que o ser humano possui de conviver em sociedade. Camargo (2001), em um estudo sobre lazer, anteviu que as práticas de lazer que tenderiam a crescer seriam aquelas que acontecem fora do ambiente doméstico, rica em acontecimentos e repleta de

episódios. Na visão do autor, as práticas de lazer que estão em ascensão são as que possuem maior exposição a sociabilidade, que por sua vez, satisfazem a necessidade natural de convivência citado por Marcellino (2007). Portanto, o fato dos araruenses não utilizarem o PEPB, com o intuito de lazer, compromete a relação da população local com o parque, assim como a convivencialidade citada pelos autores.

Ainda pode-se analisar esta realidade a partir de Bauman (2008), o qual analisa a sociedade atual pela individualização, a qual estabelece vínculos humanos cada vez mais frágeis, gerando uma crise de confiança generalizada. Para o autor, buscar a convivencialidade em meio à crise que enfrentamos é a única resposta condizente ao problema de individualização social da atualidade. Analisando Araruna/PB a partir desta perspectiva, a não convivência da população local com os turistas contribui ao processo de individualização. A segregação entre turistas e população local é constatado também em outros atrativos turísticos do parque, como a Pedra Santa.

6.2 PEDRA SANTA: FÉ NO PARQUE ESTADUAL PEDRA DA BOCA

O santuário de Nossa Senhora de Fátima, localizado no PEPB, mais precisamente na Pedra do Letreiro ou Pedra Santa, é um dos principais atrativos turístico da região (CAVALCANTE, 2009; REGALA, 2011; SILVA, 2008). A Pedra Santa atrai milhares de turistas ao longo do ano para sua visita. Devido à presença do santuário, foi constatado na população local o sentimento de orgulho por terem no município a presença de um santuário religioso em meio a área preservada. As palavras da historiadora do município sintetizam o significado do santuário para a população local:

Eu sou amante do santuário daquele parque. Também com Nossa Senhora localizada lá, não tem como não ser. Aquele santuário atrai visitantes para o parque o ano inteiro. Isso é muito bom pra nossa cidade (Historiadora de Araruna/PB).

Na perspectiva de Albuquerque Júnior (2011), o orgulho religioso nordestino é consequência do movimento modernista do país iniciado em 1920. Para este autor, neste período, as regiões sul e sudeste iniciaram seu processo de

modernização. Como a modernidade era entendida como a melhor alternativa para a difusão da cultura brasileira, a tendência natural seria a adoção da cultura moderna das regiões sul e sudeste para todo o país. Com a cultura local ameaçada, a população nordestina iniciou uma relutância à cultura sulista, passando a valorizar suas particularidades regionais, como a literatura, a culinária e, principalmente, a religiosidade.

A exaltação da religiosidade, apontada por Albuquerque Júnior (2011), é uma característica de todos os municípios nordestinos, inclusive de Araruna/PB. A relação próxima entre população araruense e religiosidade antecede a criação do PEPB. Uma historiadora do município entrevistada afirma que os peregrinos frequentam o local desde 1954, incentivados pelo padre Monsenhor Joaquim de Sousa Simões. Representando a Paróquia de Araruna/PB, o padre Joaquim iniciou o fluxo de peregrinos na região, com a criação do santuário de Nossa Senhora de Fátima:

Então o padre Joaquim celebrava a missa assim: como era um homem muito dinâmico, ele chegava naquele alto e rasgava aquela sanfona, que ele tocava muito bem. Foi ele que abriu as portas daquela região para o povo (Moradora, 86 anos).

Assim como a religiosidade iniciou o fluxo de visitantes para a Pedra Santa, a curiosidade dos turistas em conhecer um santuário localizado em uma área de preservação ambiental também contribuiu à visita ao local. Em entrevista, a proprietária da terceira pousada construída em Araruna/PB confirma que muitos turistas se deslocam até o município, a fim de conhecer o santuário localizado em meio à natureza. A localização do santuário, diferente do habitual, estimula a visita de turistas ao parque.

Cooper (2001) e Ignarra (2003) destacam que o atrativo turístico possui maior valor, quanto mais acentuado for seu caráter diferencial. Para Cooper (2001), as motivações dos turistas em visitar um local crescem, à medida que o caráter diferencial dos atrativos turísticos aumenta. Ignarra (2003), por sua vez, colaborando com a perspectiva de Cooper (2001), acrescenta que o turista está sempre a procura por atrativos turísticos inovadores, diferente das paisagens que encontra no dia a dia. Nessa perspectiva, quanto mais diferente do habitual for o destino turístico, maior a probabilidade de atrair turistas para sua visita. O santuário localizado no PEPB, por ser ao ar livre e inserido em uma Unidade de Conservação, representa

um distanciamento dos padrões habituais dos destinos turísticos, influenciando no aumento do número de turistas para visitaçãõ.

Ainda nessa perspectiva, para Bahia e Sampaio (2003), Layrargues (2006), Zaoual (2008) e Nascimento e Silva (2009), há uma procura por destinos turísticos mais autênticos, que estabeleçam uma relação harmoniosa com a natureza. A relação turística e meio ambiente está cada vez mais entrelaçada e os espaços naturais consolidam-se como destinos valorizados. Sendo assim, a ascensão dos destinos turísticos próximos ao meio ambiente, combinado com a valorização de atrativos turísticos diferentes do habitual citado por autores como Cooper (2001) e Ignarra (2003), auxiliam na consolidação da Pedra Santa como atrativo turístico do PEPB.

Nas palavras do Secretário de Desenvolvimento Social “o parque recebe milhares de visitantes durante o ano inteiro com o turismo religioso, especialmente nos dias 13 de maio, quando são realizadas manifestações religiosas de Nossa Senhora de Fátima.” Silveira (2004) e Maio (2009) apontam o turismo religioso como estratégia para gerar desenvolvimento às regiões em que os emergentes destinos turísticos religiosos estão localizados.

Para os autores citados, assim como o turismo religioso contribui para valorização e preservação das práticas espirituais, pode oferecer também condições para um desenvolvimento positivo na economia, na cultura e na qualidade de vida da população local. Entretanto, para que o turismo religioso contribua de fato ao desenvolvimento da região em que está inserido, há a necessidade de vigilância ao aumento excessivo de contingente humano, para que este excesso de fiéis não represente a degradação da cultura e da qualidade de vida da população local.

A visitaçãõ excessiva de fiéis ao município araruense, motivados a conhecer o santuário no dia 13 de maio, gerou consequências à população residente nas áreas próximas ao parque. Nas análises das entrevistas deste estudo, foi evidenciado que alguns moradores não frequentam o santuário nesta data, por considerarem que a grande quantidade de fiéis dificulta a visitaçãõ do local:

Antigamente era mais tranquilo, hoje é muita gente. Mal dá para chegar perto da santa. Por isso que construí meu santuário de Nossa Senhora no meu terreno, para não precisar ir mais lá (Morador próximo à área do parque).

Pesquisador sobre os efeitos do turismo, Oliveira Santos (2011) ressalta que o estímulo desordenado ao turismo religioso pode resultar em consequências negativas para as comunidades, como o aumento do custo de vida, problemas de infraestrutura básica, poluição e a ocupação excessiva do espaço. Dentre as problemáticas apontadas por Oliveira Santos (2011), este estudo constatou que a ocupação excessiva do espaço é um problema presente no município de Araruna/PB gerado pelo turismo religioso.

A secretária da Paróquia de Araruna/PB relata que o turismo religioso no PEPB agregou muitos fiéis de outros municípios e, devido ao número excessivo de visitantes, os fiéis da cidade de Araruna passaram a considerar a Pedra Santa como um local de difícil frequência. Analisando este fato com base em Calvelli (2009) e Carneiro (2004), a percepção dos moradores locais sobre a difusão do turismo religioso nas comunidades é essencial para a qualidade de vida local. Para Carneiro (2004), a difusão do turismo religioso pode resultar em várias transformações nos locais que este segmento turístico se desenvolve. Sendo assim, na perspectiva do autor, relevar a percepção dos residentes locais sobre essas transformações é de suma importância a qualidade de vida da população local. Calvelli (2009), por sua vez, reforça que a qualidade de vida está relacionada à valorização da pluralidade das percepções que o turismo religioso pode gerar, evidenciando a percepção do turista e da comunidade local.

Analisando ainda esta questão com base em Restany (2003), o mesmo aponta que o olhar do ser humano para sua cidade e para os locais que frequenta está associado às cinco peles de Hundertwasser. Estas cinco peles é uma metáfora que associa a primeira pele à epiderme, representando o próprio corpo do ser humano; a segunda pele são os vestuários, em que o ser humano, por meio das suas roupas, revela detalhes sobre a sociedade atual; a terceira pele faz referência a casa, espaço em que o ser humano considera seu pertencimento; a quarta pele é o meio social e os espaços urbanos, relacionados ao convívio social; a quinta e última pele, por sua vez, é o meio global, representando o espaço em que o ser humano vive.

A partir da teoria das cinco peles, aponta-se que a população de Araruna/PB residente nas proximidades do PEPB, compreende a Pedra Santa como sua terceira pele, ou seja, a sua própria casa. As palavras do morador evidenciam esta percepção: “Essa terra é uma só. Faz parte do nosso quintal. Agora que foi cercado,

o santuário está separado do nosso terreno, né? Mas o terreno é o mesmo (Morador próximo ao PEPB).” O parque não é percebido na comunidade local como um espaço utilizado para a preservação ambiental destinado a visitação turística. O PEPB é compreendido pelos residentes mais próximos da UC, como um espaço de pertencimento, ou seja, uma extensão das suas casas.

Cada comunidade constrói suas imagens, significados e valores importantes para a vida dos cidadãos (Lopez *et al.*, 1999; Karruz *et al.*, 2002). Segundo Lopez *et al.* (1999) a qualidade de vida nas comunidades depende do contexto em que os cidadãos vivem e da forma que estes mesmos cidadãos percebem a comunidade que residem. Nessa mesma perspectiva, Karruz *et al.* (2002) valoriza a percepção subjetiva que os cidadãos possuem sobre as comunidades. Para o autor, uma percepção positiva do local que se vive é fundamental para a comunidade desfrutar do ambiente com sentimento de satisfação. A percepção positiva dos cidadãos residentes mais próximos ao PEPB está associado à imagem da Pedra Santa como um espaço de pertencimento. Portanto, o fato dos araruenses não frequentarem mais o local devido ao excesso de fiéis, gera uma insatisfação desses moradores, pois há um excesso de fiéis não apenas na Pedra Santa, mas em seus territórios. Sendo assim, a percepção positiva que a população de Araruna/PB possui da Pedra Santa esta ameaçada pela difusão do turismo religioso na região.

7. PARQUE ESTADUAL PEDRA DA BOCA: DO TURISMO À INSEGURANÇA E CULTIVO PROIBIDO

Na década de 70, o olhar direcionado ao turismo estava orientado para realçar os efeitos positivos, principalmente no que dizia respeito à contribuição econômica desta atividade. Entretanto, a partir dos anos 90, as implicações negativas trazidas pelo turismo são postas em evidência, emergindo preocupações relacionadas às questões sociais, ao meio ambiente e à qualidade de vida da população local (BARRETO, 2003; GOMES *et al.*, 2006; RIBEIRO, 2008; SILVA, 2008).

Krippendorf (2000) analisa que quando o turismo começa a gerar mais inconveniências do que vantagens, tanto ao indivíduo quanto à sociedade, se faz necessário incitar críticas e reflexões sobre as comunidades na qual esta situação está ocorrendo. No caso de Araruna/PB, evidencia-se que a criação do Parque Estadual Pedra da Boca, trouxe inconveniências à população local. Como afirma a historiadora entrevistada, “o parque também trouxe coisas ruins para a cidade, pois abrindo a porta do turismo está sujeito a isto. Aquela área ficou mais disputada, fazendo com que famílias se mudassem de lá”. Segundo Cooper (2001), Pereira (2008) e Nascimento e Silva (2009) mesmo o turismo objetivando o desenvolvimento das regiões e dos municípios, ele traz vários efeitos negativos às comunidades.

As implicações negativas que a criação do PEPB gerou na população de Araruna/PB nos remetem à relação dialética do turismo com o meio ambiente, pesquisado por Ferretti e Lotz (2002), e ao paradoxo das implicações sociais do turismo pesquisado por Oliveira (2005). Analisando os efeitos do turismo nas comunidades receptoras, Oliveira (2005) destaca a distribuição desigual dos benefícios da atividade turística como a principal implicação negativa social que o turismo pode gerar. Contribuindo com esta reflexão, Ferretti e Lotz (2002) evidenciam que, assim como o turismo cria consciência de cidadania e promove difusão e preservação da cultural local, pode também comprometer os recursos naturais e gerar violência nas comunidades.

Dentre os efeitos negativos citados pelos autores, em Araruna/PB, especialmente no entorno do PEPB, as análises das entrevistas apontam para o aumento da violência, como a principal consequência negativa na região, após a criação do PEPB:

Está mais violento. Quando começou a se falar em turista, aumentou o número de assaltos. Ninguém via assaltos, mas agora já vemos isso aqui. Piorou muito a segurança daqui (Morador da área próxima ao PEPB).

Braggio (2007), em seu estudo sobre turismo e segurança pública, afirma que as motivações do ser humano em viajar, combinado a evolução da atividade turística e ao aumento excessivo de visitantes nos destinos turísticos, geraram consequências negativas relacionadas à segurança das comunidades receptoras. Para o autor, o crescimento vertiginoso do turismo nos últimos anos resultou no surgimento de novas potencialidades para o setor. Entretanto, a descoberta de novas comunidades como atrativos turísticos tem comprometido a segurança destas mesmas comunidades. Este é o caso de Araruna/PB. Devido ao município tornar-se um atrativo turístico para a região, a segurança dos moradores locais apresenta-se comprometida.

7.1 INSEGURANÇA: EFEITO NEGATIVO PARA OS MORADORES

A difusão do turismo contemporâneo trouxe alguns problemas à sociedade, dentre eles, destaca-se o aumento da violência nas comunidades receptoras (MOLINA, 2003). O PEPB, criado neste contexto de difusão do turismo em ambientes naturais e associado a uma política preservacionista dessas áreas atraiu a presença de turistas para a região, mas em contrapartida gerou violência na comunidade. Especialmente no entorno do parque, a violência tornou-se mais frequente, como é relatado por uma moradora local:

Sabe o que esse parque trouxe para mim? Aborrecimento, isso sim. Antes aqui era tudo tranquilo. Agora de tempo em tempo tem assalto por aqui (Moradora da área próxima ao PEPB).

Para Paixão (2004) e Soares Júnior (2006), a relação próxima entre turismo e violência é consequência de um crescimento desordenado e descontrolado dos espaços turísticos. Os destinos turísticos surgem sem planejamento adequado, capaz de mensurar as consequências nas comunidades. Este fato também se comprova neste estudo, pois o crescimento desordenado e não planejado do turismo no PEPB, influenciou no aumento da violência nas proximidades do parque.

Segundo o secretário de turismo do município, o PEPB foi criado num período muito curto, sem que houvesse tempo de analisar as possíveis consequências para a população local: “O governo foi muito rápido. Assim, não se teve tempo nem de ver as consequências para aquela área.” Entretanto, Mesquita (2001) e Oliveira (2005) destacam que, quando o turismo local é planejado, há uma antecipação das consequências negativas que o fluxo turístico pode gerar as comunidades. Enquanto Oliveira (2005) afirma que a cartografia pode ser útil no planejamento turístico, auxiliando na gestão e na avaliação das atividades, Mesquita (2001) enfatiza os problemas que a ausência do planejamento turístico pode trazer para a sociedade. Para o autor, os principais problemas são: o uso desordenado do ambiente, a exclusão da população local das atividades turísticas e o aumento da violência urbana.

O planejamento turístico consiste em um conjunto de atividades com a intenção de alcançar metas propostas, ordenar as ações humanas sobre a localidade turística e conscientizar a população local sobre a importância do turismo local (ARAUJO, 2006; RUSCHMANN e WIDMER, 2006). Nessa perspectiva, as ações do planejamento turístico podem provocar na população local, uma reflexão sobre as questões positivas e negativas do turismo local.

Com base nas reflexões apontadas pelos autores supracitados, a consciência da população local sobre os aspectos positivos, e principalmente, os negativos do turismo na região, não foi observado neste estudo. Os dados deste estudo apontam que existe um desconhecimento por parte dos entrevistados, sobre os efeitos negativos que o turismo trouxe ao município. A população residente na zona urbana de Araruna/PB, mais precisamente nas áreas mais distantes do PEPB, não percebem o aumento da violência nas imediações do parque:

Quanto à segurança não mudou, não criou problemas para as pessoas. Acredito que o parque trouxe menos violência para Araruna/PB. Antes aquela região era abandonada, agora com o parque a situação é outra, está mais cuidada (Proprietária de uma das pousadas de Araruna/PB).

Analisando este fato na perspectiva de Bauman (2008), a atual sociedade individualizada despreza o reconhecimento de múltiplas realidades. O cidadão, cada vez mais individualizado, conhece apenas a sua realidade e não demonstra interesse em observar as demais existentes. No caso, a população araruense

residente na zona urbana representa o cidadão individualizado de Bauman (2008), pois conhece apenas a realidade que vivencia, revelando desconhecimento sobre a real situação das áreas próximas ao PEPB.

Analisando esta realidade a partir de Dias (2000), o etnocentrismo é a tendência dos indivíduos de uma sociedade julgar sua própria cultura superior a outras. Na perspectiva do autor, a generalização da nomenclatura etnocentrismo extrapola o sentido exclusivo de raça ou etnia, onde seu significado pode ser associado aos diferentes tipos de sociedades, como o etnocentrismo das culturas urbanas, que julgam serem superiores às culturas rurais. Sendo assim, analisando a realidade do PEPB a partir deste autor, o fato da população residente na zona urbana de Araruna/PB desconhecer a real situação da violência nas áreas próximas ao PEPB, nos faz identificar uma postura etnocêntrica desta parcela da população araruense.

Esta visão míope dos araruenses residentes na zona urbana em relação aos moradores das áreas próximas ao parque é ressaltada no discurso do representante do órgão que administra o PEPB. Como afirma o coordenador de Estudos Ambientais da SUDEMA, “a violência não é um problema que aflige a população local.” Com base na fala do entrevistado, observa-se o desconhecimento do governo paraibano sobre a violência local, visto que a SUDEMA representa o governo na administração do parque.

Morin (2011) associa o desconhecimento do estado sobre as problemáticas da população a um ato terrorista. Na visão do autor, a violência de o estado desconhecer a realidade e as necessidades da sua população pode ser comparada a atos terroristas praticados por grupos fanáticos. Para Morin (2011), a principal diferença entre o terrorismo de grupos fanáticos e o terrorismo promovido pelo estado, está em se considerar habitual e admitida, a forma de violência cometida pelo governo.

Ainda na perspectiva do autor, o terrorismo de estado pode ser observado também, quando o mesmo não consegue solucionar problemas da população. Para o autor, a ineficácia de ações promovidas por governos confirma o desconhecimento do estado sobre as necessidades dos cidadãos. Esta ineficácia de ações ressaltadas por Morin (2011) se constata na pouca utilidade dos guardas do PEPB, financiados pelo estado, por intermédio da SUDEMA, em combater a violência local:

Os guardas daqui e nada é a mesma coisa. Mesmo com eles ficou mais perigoso. Era até calmo aqui. Mas agora tem muito assalto (Morador da área próxima ao PEPB).

Os guardas do parque não conseguem impedir a violência do local, que se agrava com a presença de jovens que frequentam a região próxima ao PEPB para se envolverem com drogas. Em palavras do geógrafo entrevistado do município de Araruna/PB, “a região é a rota de entrada de drogas para a cidade, onde jovens aproveitam-se da falta de fiscalização para cometerem delitos”.

Sen e Kliksberg (2010), em um estudo sobre a juventude latino-americana, apontam o crescimento da taxa de desemprego e o aumento da pobreza, como principais responsáveis pelo envolvimento dos jovens com a violência. Para os autores, o aumento da violência juvenil na América Latina está relacionado à exclusão social que essa parcela da população vem sofrendo. Na realidade araruense este fato é comprovado, quando se constata as escassas oportunidades de trabalho existente para os jovens. O município, com uma discreta atividade industrial e com poucas oportunidades de trabalho no setor privado, possui no serviço público a maior possibilidade de postos de trabalho. Este fato também é confirmado pela percepção dos próprios moradores:

Aqui não tem muito o que se fazer não. As pessoas mais novas da região reclamam muito da falta de trabalho (Morador da área próximo ao PEPB).

Na perspectiva de atenuar a exclusão social nas comunidades, como neste estudo representada pelos jovens araruenses, Bursztyn e Rocha (2005), Merlotti (2007) e Ribeiro (2008) destacam o turismo como possibilidade de incluir a população local, em um modelo de desenvolvimento mais justo e equitativo. Na perspectiva de Bursztyn e Rocha (2005) e Merlotti (2007), o arrefecimento da exclusão social, depende de um modelo de turismo que priorize as necessidades das comunidades receptoras. Contribuindo a perspectiva dos autores, Ribeiro (2008) evidencia que um modelo centrado na comunidade implica em investimentos na política de desenvolvimento, para que se possam formar comunidades capazes de contemplar a participação dos mais excluídos.

Analisando o município de Araruna/PB a partir da perspectiva trabalhada por Sachs (2009), a relevância social deve ser entendida como prioridade nas políticas

de desenvolvimento. Para o autor, a finalidade do desenvolvimento é proporcionar melhorias à vida do ser humano. Corroborando com Sachs (2009), autores como Amaro (2003), Bandeira (1999), Coriolano (2001) e Sen (2000) também consideram que promover um modelo de desenvolvimento direcionado ao ser humano é um desafio da sociedade contemporânea.

Entretanto, o modelo de desenvolvimento aplicado ao PEPB não possui a relevância social destacada por Sachs (2009) como prioridade na região. Para o secretário de desenvolvimento social de Araruna/PB, o desenvolvimento turístico da região visa à difusão do PEPB, assim como, o bem estar das comunidades residentes nas imediações do parque. No entanto, a violência apontada pelos entrevistados mostra que o bem-estar da população local não é relevante ao desenvolvimento turístico do parque.

Para Campos (2005) e Pires (2002), o bem-estar das comunidades é essencial nas políticas de desenvolvimento turístico. Enquanto Campos (2005) considera a preservação ambiental importante para as comunidades, Pires (2002), por sua vez, destaca a valorização dos hábitos, costumes, estilo de vida e segurança das comunidades, como essenciais para o bem-estar da população local.

Preocupações relacionadas ao bem-estar das comunidades, considerado por Pires (2002) como essenciais ao ser humano, gradativamente conquista espaço diante as políticas de desenvolvimento. O Programa Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (2007) comprova este despertar para o bem-estar da população quando evidencia que seu principal objetivo é promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Entretanto, a concretização do objetivo do PNDR (2007) implica em superar problemas que possam surgir, como o caso da crescente violência nas áreas próximas ao parque. Sendo assim, a insegurança que a comunidade residente nas imediações do PEPB experimenta, influencia negativamente na qualidade de vida que o PNDR (2007) propõe-se a melhorar.

Neste sentido, a qualidade de vida que o PNDR (2007) se refere está relacionada, portanto, a uma amplitude nos cuidados com a vida humana. Com isso, a segurança dos cidadãos, é uma importante premissa para o desenvolvimento das regiões. Outro ponto importante é a segurança alimentar da população, garantindo aos cidadãos a possibilidade de se sustentarem.

7.2 AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE ANIMAIS: DA CERCA PARA LÁ

As Unidades de Conservação permite tanto a criação de animais de pequeno porte, quanto o cultivo de plantas consideradas compatíveis com a área preservada, de acordo com o que apresenta o Plano de Manejo (BRITO, 2000; SNUC, 2000). Dessa forma, toda UC possibilita a população local, a criação de animais e a prática de agricultura em seu território, desde que estejam de acordo com as normas previstas no Plano de Manejo de cada área conservada. Entretanto, com base nas entrevistas realizadas, constata-se que mesmo a SNUC (2000) garantindo a legalidade da prática da criação de animais de pequeno porte e da agricultura familiar, no PEPB não é permitido:

Essa cerca não segura mais nada. Os animais estão passando lá para dentro. Se passarem para lá, o problema está feito. O governo não quer animal, nem plantações de vizinho nenhum na área do parque (Morador da área próxima ao PEPB).

No caso do PEPB, ainda não existe um Plano de Manejo que regularize o cultivo de plantas e a criação de animais na Unidade de Conservação araruense. Sendo assim, motivado pela inexistência do documento, o órgão responsável pela administração do parque, a SUDEMA, adota uma postura de extrema preservação do PEPB, a ponto de impedir os moradores a criarem animais e praticarem agricultura na área protegida. Segundo o coordenador de Estudos Ambientais da SUDEMA:

Devido aos riscos ao monumento natural Pedra da Boca, enquanto o Plano de Manejo do parque não for elaborado, a agricultura e a criação de animais estão suspensas na área demarcada (Coordenador de Estudos Ambientais da SUDEMA).

A agricultura e a criação de animais, proibidas pela SUDEMA, são as atividades de subsistência da população local. A proibição dos moradores de exercerem suas atividades de subsistência nos remete novamente ao mito moderno da natureza intocada pesquisado por Bruhns (2010) e Diegues (1996). A conservação exacerbada do ambiente natural PEPB, distanciou a população local de suas atividades de subsistência na área do parque. A preservação do bioma da caatinga e do monumento natural Pedra da Boca, particularidades geográficas do

PEPB, prevaleceram em relação às atividades que garantem o sustento da comunidade.

Entretanto, Maluf *et al.* (2001) e Valente (2002) destacam que, a atividade agrícola combinada à criação de animais são as mais importantes fontes de renda e alimento para a maioria das unidades familiares rurais. Enquanto Maluf *et al.* (2001) destaca a agricultura familiar como possibilidade de renda para toda a família, Valente (2002) a compreende como uma atividade que vai além da economia familiar. Para o autor, a questão central é a sobrevivência humana em ambientes agrícolas, que por sua vez, depende do cultivo de produtos agrários e de pequenas criações de animais. Estas atividades garantem a subsistências das comunidades na zona rural.

Neste contexto de atenção ao sustento das comunidades rurais, criou-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da lei Nº: 11.346, em 15 de setembro de 2006. O principal objetivo da SISAN (2006) é assegurar o direito humano à alimentação adequada e outras providências relacionadas à segurança alimentar. A SISAN (2006) coloca para o poder público, a responsabilidade de adotar políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Entretanto, mesmo com este direito garantido pelo SISAN (2006), a população residente nas imediações do PEPB foi prejudicada com a proibição da agricultura e pecuária na área preservada. Como relata uma das moradoras nas proximidades do parque: “Antes era mais fácil aqui. Podia plantar, criar um bode, uma galinha, algo assim, para o nosso sustento. Hoje com essa cerca, não se tem mais espaço para nada disso.” As palavras da moradora relatando a dificuldade de se praticar atividades de subsistência ressalta a violação dos direitos humanos ocorridos em Araruna/PB, visto que estes mesmo direitos estavam assegurados pelo SISAN (2006).

A violação dos direitos humanos, especialmente aqueles relacionados às necessidades básicas do ser humano, nos distancia ainda mais da sociedade mundo de Morin (2011). Para o autor, os direitos do ser humano serão verdadeiramente preservados, quando houver uma consciência coletiva de pertencermos a uma única unidade: a sociedade mundo. Embora o sentimento de pertencimento a uma sociedade única seja ainda embrionária, esse é o caminho

apontado pelo autor, para que se possa usufruir de fato dos direitos humanos mais básicos, como, o de se ter a alimentação garantida.

Atento aos direitos humanos, Sen (2000) atribui ao cidadão o direito de possuir uma vida digna, como principal estratégia para fomentar o desenvolvimento. Na perspectiva do autor, a dignidade da vida humana implica na liberdade que o cidadão possui de se alimentar, ter acesso à saúde, possuir boas condições de moradia, usufruir de um bom emprego, participar das decisões públicas, entre outros. O somatório destas liberdades contribui para que o cidadão torne-se mais participativo e sua região conseqüentemente mais desenvolvida.

Contrário ao direito a uma vida digna defendida por Sen (2000), a privação da liberdade da população residente nas imediações do parque, de plantar e criar animais influencia negativamente no desenvolvimento da região. Na perspectiva trabalhada por Sen (2000), a perda das liberdades representa um entrave ao desenvolvimento. Sendo assim, a perda da liberdade da população araruense de utilizar a área do PEPB para atividades deste fim, compromete a qualidade de vida dos moradores locais, assim como o desenvolvimento de Araruna/PB.

Segundo o secretário de Turismo de Araruna/PB, a agricultura e a pecuária estão proibidas na área interna do PEPB, em virtude da proteção ambiental e, conseqüentemente, em favor do desenvolvimento da região. Para o secretário, coibir o cultivo de hortaliças e a criação de animais é essencial para a proteção da Unidade de Conservação, acreditando que, ao mantê-la preservada, favorecerá o desenvolvimento turístico do município. Embora essa proteção da área ambiental esteja preservando a UC, na perspectiva de Sen (2000) não contribui ao desenvolvimento, visto que compromete a liberdade da população local.

A impossibilidade da população de Araruna/PB exercer suas atividades de subsistência nos remete a congruência de exclusões de Sen e Kliksberg (2010). Para os autores, as exclusões tendem a se aglomerar e resultar em um grande entrave ao desenvolvimento. Um cidadão impossibilitado de garantir seu sustento tende a não envolver-se nas políticas de desenvolvimento do seu município. A não participação ativa desse cidadão torna suas necessidades não relevadas, o que resultará em uma realidade ainda mais difícil para garantir seu sustento.

Portanto, com base em Sen e Kliksberg (2010) evidencia-se que a proibição da agricultura e criação de animais no PEPB está muito mais além da preservação

da área, trazendo implicações negativas na vida dos residentes das imediações do parque, assim como ao desenvolvimento de Araruna/PB.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo compreender a contribuição da criação do Parque Estadual Pedra da Boca, para a melhoria da qualidade de vida da população de Araruna/PB. O Parque Estadual Pedra da Boca (PEPB) foi criado em um contexto de proximidade entre Unidades de Conservação (UC) e turismo, com o objetivo, dentre outros, de gerar desenvolvimento e qualidade de vida para as comunidades locais. O desenvolvimento como vetor de qualidade de vida, parte da perspectiva de que as políticas, programas e ações dos governos, busca promover melhorias para as condições de vida das pessoas, por meio da equidade social, das liberdades individuais e uma distribuição mais igualitária dos recursos econômicos.

O governo paraibano, por sua vez, busca no turismo, uma possibilidade de desenvolvimento para as regiões menos favorecidas do estado. O município de Araruna/PB insere-se nesta política de incentivo ao turismo, por meio da promoção do Parque Estadual Pedra da Boca, como um espaço turístico com potencial para as atividades de turismo de natureza e turismo de aventura.

Buscar no turismo estratégias de favorecer a qualidade de vida das comunidades, é parte integrante de um modelo de desenvolvimento que prioriza a equidade social, a melhor distribuição de renda, e estimula a participação social priorizando as decisões descentralizadas. Compartilhar as decisões, metas e estratégias com as comunidades, incluem o cidadão em um modelo de desenvolvimento que prioriza sua própria qualidade de vida. Neste sentido, a não participação da população de Araruna/PB nas decisões e ações relacionadas à criação do PEPB, gerou algumas ações que vieram a comprometer a relação da comunidade local com o PEPB e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população local, principalmente as pessoas que vivem nas proximidades.

Assim como a participação social é importante na construção de melhores condições de vida, o lazer é colocado como um indicador de qualidade de vida para as comunidades. Analisando os espaços destinados ao lazer, destacam-se as Unidades de Conservação, como o PEPB, que além de contribuir ao turismo local, permitem as comunidades desenvolverem atividades lúdicas e recreativas na área conservada. O uso do PEPB enquanto espaço de lazer é utilizado por turistas, mas pouco freqüentado pela comunidade araruense. A escassa freqüência da população local ao parque é conseqüência da postura de extrema preservação da área,

adotada pelo governo do estado. Esta postura evidencia, além da preservação ambiental, a preocupação do governo em conservar a área para o turismo da região, que por sua vez, não é significativo o suficiente para provocar mudanças na qualidade de vida das pessoas do lugar.

Aos residentes próximos do PEPB, os significados de preservação e conservação atribuídos ao parque, inibem a visitação da comunidade local. Outro fator responsável por inibir as visitas habituais da população local ao parque é o excesso de fiéis do turismo religioso desenvolvido no PEPB. O elevado número de turistas desencoraja os moradores mais próximos da área conservada a continuarem freqüentando o local. Vivendo uma realidade contraditória, a comunidade observa que o parque isolado do seu convívio para mantê-lo puro e intacto, esta sendo desordenadamente utilizada pelo turismo religioso da região.

O excesso de turistas no PEPB provocou alterações em suas imediações. A propagação do turismo no parque resultou no aumento da violência local, contribuindo negativamente na qualidade de vida dos moradores daquela região. Assim como o aumento da violência, a proibição da comunidade de praticar atividades de subsistência na UC também compromete a qualidade de vida local. O governo paraibano, visando manter o alto fluxo turístico do parque, associa à preservação da UC, a proibição de agricultura e animais na área conservada. Embora estes problemas estejam presentes na comunidade residente nas proximidades do PEPB, a comunidade residente na zona urbana, desconhecendo os problemas locais, acredita que a qualidade de vida dos moradores próximos da área conservada melhorou com a instalação do parque, pois na perspectiva destas pessoas, houve a valorização da região.

Com base nos resultados deste estudo, a criação e desenvolvimento das atividades no PEPB podem ser analisadas a partir de dois grupos: um grupo de cidadãos residentes da zona urbana do município, que acreditam que o parque trouxe qualidade de vida e desenvolvimento para o lugar, desconhecendo os efeitos negativos da criação do PEPB. Este grupo, metaforicamente, associa-se à *Boca*, pois sugestivamente, a *Boca* está sempre aberta, dialoga e é constantemente alimentada e abastecida, representando o lado positivo da criação PEPB.

O outro grupo é constituído por cidadãos residentes nas áreas próximas ao PEPB que, por sua vez, vivenciam os problemas que o parque trouxe ao município e, por isso, não acreditam em contribuições ao desenvolvimento local, nem à

qualidade de vida da população. Esse grupo é associado à *Pedra*, pois, metaforicamente, associa-se a *Pedra* a um obstáculo, é áspera e embrutecida, representando, portanto, o lado negativo da criação do PEPB. Afinal, para essas pessoas que vivem no cotidiano do parque, a pedra origina-se quando se cria o Parque Estadual Pedra da Boca: “Tinha uma *Pedra* no meio do caminho” (ANDRADE, 2010).

Neste sentido, o grupo de moradores associados à *Boca* orgulha-se da presença do Parque Estadual Pedra da Boca em seu município, devido à representatividade que o parque possui para o turismo da região. Para estes moradores, Araruna/PB é privilegiada, por possuir um dos principais atrativos turísticos paraibanos. Compartilhando do mesmo sentimento, mas por motivos diferentes, o grupo *Pedra* orgulha-se do PEPB em sua cidade, devido à presença do santuário de Nossa Senhora de Fátima. Para estes araruenses, mesmo não freqüentando o santuário, é um privilégio residir em uma área abençoada pela Santa.

Mesmo com as diferenças assinaladas entre os grupos, este estudo aponta que o Parque Estadual Pedra da Boca, criado para preservar a área ambiental, fomentar ao turismo de Araruna/PB e estimular o desenvolvimento da região, ainda não se vincula de forma efetiva, a qualidade de vida da população local. Especificamente para os residentes próximos a área preservada, a instalação do parque trouxe diversas conseqüências negativas para a vida cotidiana destas pessoas. Para os residentes da zona urbana, por não conhecerem os impactos negativos da criação do parque para os moradores circunvizinhos ao parque, romantizam a idéia de que Araruna/PB esta despontando no cenário turístico paraibano, e por isso, os impactos sobre a qualidade de vida local serão sempre positivos.

Neste sentido, com base nas análises de participação social na criação do PEPB, das práticas e vivências de lazer e turismo, assim como das necessidades básicas da população araruense que vive nas proximidades do parque, pode-se apontar que o Parque Estadual Pedra da Boca não tem contribuído para a qualidade de vida da população local, como também não tem apresentado um modelo de turismo que venha contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos moradores da região.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. A invenção do nordeste e outras artes. 5^o Edição. São Paulo. Cortez. 2011.

ALEXANDRINO, M; PAULO, V. Resumo do direito constitucional descomplicado. 2^o Edição. Rio de Janeiro. Forense. São Paulo. Método. 2009.

AMARO, R. R. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. Cadernos de Estudos Africanos. Lisboa. 2003.

AQUINO, C. A. B; MARTINS, J. C. O. Ócio, Lazer e Tempo Livre na Sociedade do Consumo e do Trabalho. Revista Mal Estar e Subjetividade. Vol.7 N.2. 2007.

ANDRADE, C. D. Uma pedra no meio do caminho. Literatura Brasileira – Teoria e crítica literária. Editora IMS. 2010.

ANTUNES, M. C. P. Educação, Saúde e Desenvolvimento. Coleção Ciências da Educação. Coimbra: Livraria Almedina. 2008.

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional: a descentralização valorizaria a diversidade In Fleury, S. (org.). Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006.

ARAÚJO, L. M. Participação sociopolítica no planejamento turístico. Turismo - Visão e Ação. V.8. N.1. 2006.

BAHIA, M.; SAMPAIO, T. M. A sustentabilidade e o lazer em unidade de conservação: trajetória histórica e reflexões contemporâneas. In: Turismo, Lazer e Natureza. Barueri. Manole, 2003.

BAQUERO, M. Construindo uma outra Sociedade: O Capital Social na Estruturação de uma cultura Política Participativa no Brasil. Revista de Sociologia e Política, Curitiba. 2003.

BANDEIRA, P. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. Fev. 1999.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa. Edições: 70. 2011.

BARRETO, M. Manual de iniciação ao estudo de turismo. 13^o Edição. Campinas – SP. Papyrus. 2003.

BARTHOLO JUNIOR, R. S; RIBEIRO, M. F; SILVA, L. R. Turismo Inclusivo: Ético e Sustentável. XIII SIMPEP - Bauru, SP. 2006.

BAUMAN, Z. Vida líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2007.

_____. Sociedade individualizada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

_____. A arte da vida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2009.

BECKER, D. F. e WITTMANN, M. L. Desenvolvimento Regional: Abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC 2008.

BENSUSAN, N. Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas. Rio de Janeiro. Editora: FGV. 2006.

BETRÁN, J. O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: Turismo, Lazer e Natureza. Barueri, SP: Manole, 2002.

BEUREN, I. M; RAUPP, F. M. Metodologia da pesquisa aplicável as ciências sociais. In: BEUREN I.M. (Coord.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BODSTEIN, R; MARCONDES, W. B; PERES, F. F. RAMOS, C. L. Lazer, esporte e cultura na agenda local: A experiência de promoção de saúde em manguinhos. Ciência e Saúde Coletiva. Vol.10. Nº:3. 2005.

BONI, V; QUARESMA, S. J.; Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BOISIER, Sergio: Desarrollo Local ¿De qué estamos hablando?, Santiago de Chile, Cuadernos Regionales Nº1, Universidad de Talca, 2000.

BOYER, M. Historia do turismo de massa. São Paulo. Editora Edusc, 2003.

BRAGA, R; CARVALHO, P. F. Cidade: espaço cidadania. In: Pedagogia cidadã. Cadernos de formação. Ensino de geografia. São Paulo. UNESP. 2004.

BRAGGIO, L. A. Turismo e segurança pública. Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí. 2007.

BRAND, A; LIMA, V.R; MARINHO, M. História Identidade e Desenvolvimento Local: Questões e Conceitos. História & Perspectivas, Uberlândia. 2007.

BRANDON, K; RYLANDS, A. B. Unidades de Conservação Brasileira. Megadiversidade. Vol.1. Nº.1. 2005.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília. Distrito Federal. 1988.

BRASIL. Decreto no 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, 1979. Acesso em abril de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília. DF: Senado, 2000.

BRASILEIRO, M. D. S; RICO, S. R; RODRÍGUEZ, M, L. O lazer Esportivo como Indicador de Qualidade de Vida. I Congresso Internacional "Desporto y Qualidade de Vida" Vila Real. Portugal. 2001.

BRITO, M. C. W. Unidades de conservação: intenções e resultados. São Paulo. Annablume: FAPESP. 2000.

BRUHNS, H. T. Lazer e meio ambiente: a natureza como espaço da experiência. In: Conexões: educação, esporte, lazer. Campinas: Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. V.3 N.1. 1999.

_____. Ecoturismo e o mito da natureza intocada. Acta scientiarum human and social sciences. Maringá. V. 32. N.2. 2010.

BUARQUE. S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. 4^o Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BURITY, J. Cultura & Desenvolvimento. Teorias e políticas da cultura. Visões Multidisciplinares, Salvador, EDUFBA, 2007.

BURITY. V; FRANCESCHINI. T; VALENTE. F; RECINE. F; LEÃO. M; CARVALHO. M. F. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. ABRANDH, 2010.

BURSZTYN, I; IRVING, M. A; MELO, G. M; SANCHO, A. P. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. Caderno virtual de turismo. Vol.5. Nº 4. 2005.

BURSZTYN, M. A; ROCHA, J.D. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol.7. N.11. 2005.

BUSS. P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciência e saúde coletiva. N.5 V.1 2000.

CALVELLI, H. G. Turismo religioso no caminho da fé. Revista eletrônica de turismo cultural. Vol. 3 Nº 1. 2009.

CAMARGO, L. O. L. Sociologia do lazer. In: Ansarah, M. G. R. (Org.). Turismo: Como Aprender, Como Ensinar. Editora SENAC, São Paulo. 2001.

CAMPOS, A. M. N. O Ecoturismo como Alternativa de Desenvolvimento Sustentável. Caderno virtual de Turismo. Vol. 5. Nº:1. 2005.

CARNEIRO, S. M. C. S. Novas peregrinações brasileiras e suas interfaces com o turismo. Ciências sociais e religião. Vol. 6. Nº 6. 2004.

CAVALCANTE, M. B. Parque Estadual da Pedra da Boca: Um olhar sobre o planejamento do ecoturismo em unidades de conservação na Paraíba. Caderno Virtual de Turismo. v.8, N.2, 2008.

_____. Ecoturismo no Bioma da Caatinga: O Caso do Parque Estadual Pedra da Boca, Paraíba. Revista nordestina de Ecoturismo, Aracaju, Vol.2, Nº.1, 2009.

CAVALCANTE, M. B; FURTADO, E. M. Políticas Públicas de turismo em Unidades de Conservação. Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 21. 2011.

CAVALCANTE, M. B.; MARIANO NETO, B.. Reflexões sobre os impactos sócio ambientais da atividade ecoturística no Parque Estadual da Pedra da Boca, Paraíba. Revista Caminhos de Geografia. Uberlândia/UFU. V.8, N. 24. 2007.

CAVALCANTE, M. B; PAZERA. E. Uso sustentável do parque estadual da pedra da boca: “conservação ou ecoturismo”. III Simpósio de Áreas Protegidas. Pelotas – RS. 2005.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios. Revista Portuguesa de Educação. Vol.16. Nº 2. Universidade do Minho Braga. Portugal. 2003.

COLESANTI, M. T. M; MARLENE, K. M.; SANTOS, D. G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. Sociedade & Natureza. Uberlândia. 2007

CONTI, B.R.; IRVING, M.A.; CORRÊA, F.V. Ecoturismo e proteção da natureza no Parque Nacional da Serra da Bocaina: o caso da Vila de Trindade (Paraty, RJ). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.4, n.4, 2011.

COOPER, C. Turismo princípios e prática. 2ª Edição. Porto Alegre – RS. Bookman. 2001.

CORIOLOANO, L. N. Os Limites do Desenvolvimento e do Turismo. Boletim Goiano de Geografia. 21 (2): 25 – 45. 2001.

_____. A exclusão e a inclusão social e o turismo. Revista de turismo y patrimônio cultural. Vol.3 N. 2. 2005.

CORIOLOANO, L. N; MENDES, E. G. As interfaces do Turismo nas Praias de Jericoacoara e Tatajuba: políticas, conflitos e gestões. Turismo em Análise. V.20, N.1, abril 2009.

CRUZ, R. C. A. Turismo, Produccion del Espacio y Desarrollo Desigual: Para Pensar La Realidade Brasileira. Aportes y Transferências. II Simpósio Latinoamericano. Turismo y Desarrollo. 2008.

DIAS, R. Sociologia aplicada ao comercio exterior. São Paulo. Alinea. 2000.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. Sao Paulo: HUCITEC, 1996.

DUARTE, F; ULTRAMARI, C. Desenvolvimento local e regional. 2º edição. Curitiba. Ibpex. 2011.

FELIX, M. PIMENTA, D. G. SILVA, R. M. Projetos de ecoturismo no Brasil como Alternativa de Desenvolvimento Sustentável: Caso Bananeiras. XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção - Ouro Preto, MG. 2003.

FERREIRA, R S. Gestão Participativa em Unidades de Conservação: O caso do Parque Estadual Pedra da Boca, Araruna, PB. Prodema. UFPB. 2005.

FERRETTI, E. R; LOTZ, E. G. Turismo e meio ambiente: uma relação dialética. Tuiuti: Ciência e Cultura, Nº. 32 Curitiba. 2002.

FOLADORI, G. Avanços e Limites da Sustentabilidade Social. Revista para o Desenvolvimento. Curitiba. Nº: 102. 2002

FRASER, M. T. D; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia. 2004.

GIL, A. C; OLIVA, E. C; SILVA, E. C. Turismo e regionalidade. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 11, nº. 01. 2009.

GODOY, A. S. Relfetindo Sobre Critérios de Qualidade de Pesquisa Qualitativa. Revista Eletronica de Gestão Organizacional. Vol.3 Nº 2. 2005.

GOMES, B. M. A; ROMANIELLO, M. M; SILVA, M. A. C. Os efeitos do turismo em comunidades receptoras: um estudo com moradores de Carrancas, MG, Brasil. Revista de turismo y patrimônio cultural. Vol. 4. Nº 3. 2006.

GUIMARÃES, S. T. L. Nas Trilhas da qualidade: algumas idéias, visões e conceitos sobre a qualidade ambiental e de vida. Geosul. Florianópolis. V.20. N.40. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 26 fev. 2010.

IDEME. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba. Disponível em: <http://www.ideme.pb.gov.br/>. Acesso em 2 março. 2010.

IGNARRA, L. R. Fundamentos do turismo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2º edição. 2003.

JANNUZZI, P. M. Repensando a pratica do uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo. Annablume. Fapesp. 2002.

JANNUZZI, P M; CEZAR KEINERT, R; MEZZOMO KEINERT, T. M; VITTE, C. C. S. Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades. In: Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo. Annablume. Fapesp. 2002.

KARRUZ, A. P; CEZAR KEINERT, R; MEZZOMMO KEINERT, T. M. O processo de construção do observatório de qualidade de vida de Santo André: identificação e

superação de desafios. In: Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo. Annablume. Fapesp. 2002.

KASHIMOTO, E. M; RUSSEFF, M. M. I. Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: Conceitos e Perspectivas para Regiões em Desenvolvimento. Revista Internacional do Desenvolvimento Local. Vol.3. Nº. 4. 2002

KEINERT, R. C. O observatório da qualidade de vida de Santo André. In: Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo. Annablume. Fapesp. 2002.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo. Aleph. 2000.

LARA. L. ; PIMENTEL, G. G. A.; PEREIRA, A. S.; Atividade física de aventura na natureza: relações entre estilo de vida aventureiro e modo de vida rural para a melhoria da qualidade de vida. vol 6. n2. 2004.

LAYRARGUES, P. P. Muito Além da Natureza: Educação Ambiental e Reprodução Social. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, p.P. & Castro, R.C. De (Orgs.) Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez. 2006.

LEAL, I, R; SILVA, J. M. C; TABARELLI, M; LACHER JR, T. E. Mudando o curso da conservação da biodiversidade na caatinga do Nordeste do Brasil. Megadiversidade. Vol.1 Nº.1. 2005.

LEUZINGER, M.D. Uso Público em Unidades de Conservação. Caderno de Conservação. 2004.

LÓPEZ, Y. G; MARTÍNEZ, N. P; RAMÍREZ, J. C. P. La búsqueda de la calidad de vida: una aproximación interpretativa. Facultad de ciencias políticas y sociología. Granada. 1999.

MAIO, C. A. Turismo religioso e desenvolvimento local. Ciências sociais aplicadas. Vol, 12. Nº 1. 2004.

MALUF. R; MENEZES. F; MARQUES. S. Caderno Segurança Alimentar. Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme. Red Agriculturas Campesinas. Sociedades y Globalización (APM). 2001.

MARCELLINO, N. C. Lazer e esporte: políticas públicas. Editora autores associados. Campinas – SP. 2001

_____. Algumas Aproximações entre Lazer e Sociedade. Vol.1 N.2. 2007.

MARCELLINO, N. C; BARBOSA, F. S; MARIANO, S. H. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. Impulso. Piracicaba. 2006.

MELO, J. A. B; PEREIRA, R. A. Ecoturismo nos Cariris Velhos: Uma Possibilidade de Reestruturação Socioeconômica para o Semi-árido Brasileiro. História ambiental & Turismo. Vol. 4. Nº:1. 2008.

MELO, R.S; ANDRADE JUNIOR, J. A; LINS, R.P; MENEZES, D. A. Conduta Consciente e Técnicas de Mínimo Impacto no Parque Estadual Pedra da Boca (PB). Ciência & Tecnologia. Vol.8. Nº1. 2008.

MERLOTTI, C. Hospitalidade presente no Turismo Social, à luz das Políticas Públicas de Inclusão. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Mestrado em Educação. 2007.

MESQUITA, C. Turismo e planejamento regional. Revista de desenvolvimento econômico. Ano 3. N. 4. 2001.

MINAYO, M. C. S; HARTZ, Z. M. A; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e Saúde: Um Debate Necessário. Ciência e Saúde Coletiva. Vol.5. Nº:1 2000.

MOLINA, S. O pós-turismo. São Paulo: Aleph. 2003.

MOURA, C. D. Subcidadania, Desigualdade e Desenvolvimento Social no Brasil do Século XXI. Planejamento e Políticas Públicas. N.34. 2010.

NASCIMENTO, H. H. O; SILVA, V. P. Turismo pós-moderno: Dilemas e perspectivas para uma gestão sustentável. Holos. Ano 25. Vol 3. 2009.

NAZARI, J. Rappel: na perspectiva vertical. Revista digital – Buenos Aires. Ano 11. N. 106. 2007.

OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista FAE. Vol.5 Nº 2. Curitiba. 2002.

OLIVEIRA, A. C. A Atividade Turística e seus Efeitos à População Local: um Paradoxo. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 5. Nº 2. 2005.

OLIVEIRA, I. J. A Cartografia Aplicada ao Planejamento do Turismo. Boletim Goiano de Geografia. Goiânia - Goiás - Brasil V. 25 N. 1. 2005.

OLIVEIRA, H. V. A prática do turismo como fator de inclusão social. Revista de ciências gerenciais. Ano XII. Nº 16. 2008.

OLIVEIRA SANTOS, J. F. O. Os impactos do turismo religioso. Universidade Fernando Pessoa. DCEC. 2011.

ORTIZ, R. Cultura e Desenvolvimento. Políticas culturais em Revista. Vol.1. 2008.

PAIXÃO, R. O. Turismo regional: problemas e perspectivas. In: IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal. Corumbá-MS. V.1 N. 4. 2004.

PEREIRA, R. A. Turismo e Desenvolvimento Local nos Cariris Velhos: Uma Alternativa a Melhoria da Qualidade de Vida no Semi-árido. Caminhos da Geografia. Uberlândia. Vol. 9. Nº: 28. 2008.

PIMENTEL, G. G. A. Aventuras de lazer na natureza: o que buscar nelas? In: Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza. Barueri, SP: Manole, 2006.

PIRES, P.S. Dimensões do Ecoturismo. São Paulo: Editora SENAC. 2002.

PIUCCO, T. A sociedade capitalista e a crescente busca pelas atividades naturais de lazer. Revista Digital. Buenos Aires, ano 10, nº 89, out. 2005.

PONTUAL, P. C. Qualidade de vida, participação e percepção da população. In: Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo. Annablume. Fapesp. 2002.

PNDR. Política Nacional Desenvolvimento Regional. Ministério da Integração Nacional. 2007.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desenvolvimento humano e IDH. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em 24 fev. 2012.

PUTMAN, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2008.

RATTNER, H. Prioridade: Construir o Capital Social. Revista Espaço Acadêmico. 2002

REGALA, P. S. Destinos Ecoturísticos e a Necessidade de um Planejamento: “Caso” Pedra da Boca. Revista Brasileira de Ecoturismo. Vol: 4. Nº:4. 2011.

RESTANY, P. O poder da arte: Hundertwasser o pintor-rei das cinco peles. Taschen. 2003.

RIBEIRO, G. Turismo de base comunitária. Revista Global Tourism. Vol. 4. Nº2. 2008.

RIBEIRO, B; PORTO, G. PIB é insuficiente para medir desenvolvimento. O Estadão. São Paulo. 2012.

ROCHA, J. D. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. Revista Internacional do Desenvolvimento Local. Vol. 7. N.11. 2005.

ROCHA, A. D; OKABE, I; MARTINS, M. E. A; MACHADO, P. H. B; MELLO, T. C. Qualidade de Vida, ponto de partida ou resultado final? Ciência & Saúde Coletiva. 2000.

RODRIGUES, C. Turismo de natureza - O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer. 2001. Acessado em: 10 dez. 2012. Disponível em: <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:Fa2DPnetm4UJ:scholar.google.com/+Tu>.

RUSCHMANN, D. V. M; WIDMER, G. M. Planejamento turístico. In: Como aprender turismo como ensinar. V.2 Edição. 3. Barueri: Manole, 2006.

SACHS, I. Desenvolvimento e cultura, Desenvolvimento da Cultura, Cultura do Desenvolvimento. Organizações & Sociedade. Vol.12. Nº 33. 2005.

_____. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro. Garamond. 2009.

SAQUET, M. A. O Desenvolvimento numa Perspectiva Territorial, multidimensional e Democrática. Resgate. vol. XIX, Nº 21. 2011.

SANTIÉN, M. L. Indicadores sociales de calidad de vida. Um sistema de medición aplicado al país vasco. Madrid. Centro de investigaciones sociológicas. 1993.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4º Edição. Editora Universidade de São Paulo. 2008.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo. Cia das letras. 2000.

SEN, A; KLIKSBURG, B. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo. Cia das letras. 2010.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. ano 1. n. 1 . 2003.

SILVA, L. Os Impactos Locais do Turismo. Revista de Encontros Científicos. Universidade do Algarve. Nº3. 2008.

SILVA, J. P. Parque Estadual Pedra da Boca, Araruna/PB: Uma perspectiva de conciliação entre o patrimônio natural e o homem. XIII Encontro estadual de historia / História e historiografia. 2008.

SILVEIRA, E. J. S. Turismo religioso popular? Entre a ambiguidade conceitual e as oportunidades de mercado. Revista de Antropologia Experimental. N.4. 2004.

SISAN. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei N 11. 346. 15 de setembro de 2006.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei Nº9. 985. 18 de julho de 2000.

SOARES JÚNIOR, N. A. Turismo urbano e criminalidade uma correlação curitibana no século XXI. Revista Eletrônica Geografia. Volume 1. 2006.

SOUZA, L. S. Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba. Turismo de Desenvolvimento Local sustentável. Campina Grande, PB. 2006

SOUZA FILHO, J. R. Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação. 2001. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/desenvolvreg.html>>. Acesso em: 15 ago 2012.

STIGGER, M. P. Políticas sociais em Lazer, Esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta. Revista de educação física esporte e lazer. Ano X. Nº 11. 1998.

SUDEMA. Superintendência de Administração do Meio Ambiente. Disponível em: www.sudema.pb.gov.br/. Acesso em 20 dez. 2012.

TABARELLI, M; SILVA, J.M.C. Áreas e ações prioritárias para a conservação da caatinga. In: Ecologia e conservação da Caatinga. Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco. 2003.

WESTPHAL, M. F. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: Um Compromisso com a Qualidade de Vida. Ciência & Saúde Coletiva. 2000

UDERMAN, S. Política de Desenvolvimento Regional no Brasil: Limites de uma Nova Agenda para Nordeste. Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 39, n. 2. 2008.

VALDIVIESO, P. Capital Social e Desenvolvimento Democrático. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 24. Nº. 69. 2009.

VALENTE, F.L.S. Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente. in: VALENTE, F. L. S. Direito Humano à Alimentação – desafios e conquistas. 1ª Edição. São Paulo. Cortez Editora. 2002.

VECCHIATTI, K. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. São Paulo em Perspectiva. Vol.18 N. 3. 2004.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Sustentável: O desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.

VIANNA, L.P. De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo. Annablume. FAPESP. 2008.

VITTE, C. C. S. Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado de cidade e de cidadania no início do século XXI. In: Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo. Annablume. Fapesp. 2002.

VITTE, C. C. S; JANNUZZI, P. M; KEINERT, R. C; KEINERT, T. M M. Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades. In: Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo. Annablume. Fapesp. 2002.

VLEK, C. Globalização, dilemas dos comuns e qualidade de vida sustentável: do que precisamos, o que podemos fazer, o que podemos conseguir? Estudos de Psicologia. 2003.

VOGT, Olgario. Capital social e instituições comunitárias no Sul do Brasil. In: SCHMIDT, João P. (Org.). Instituições instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? Caderno virtual de turismo. Vol. 8. Nº 2. 2008.

ANEXO A

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UEPB-UFCG**

As perguntas a seguir têm por objetivo compreender a contribuição da criação do Parque Estadual Pedra da Boca, para a melhoria da qualidade de vida da população de Araruna/PB. As respostas obtidas têm a finalidade única e exclusiva de responder as questões de pesquisa consideradas pertinentes a este estudo. Obrigado pela sua participação!

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SETOR PÚBLICO E PRIVADO

Objetivo Específico

Entender o envolvimento da população de Araruna/PB com a criação do PEPB.

- a) O que motivou a criação do PEPB?
- b) Quais setores, públicos e/ou privados, participaram do processo de criação do PEPB?
- c) Como se deu a participação destes setores?
- d) Além destes setores teve a participação de mais algum outro setor, como ONGs, associações, população local ou sindicatos?
- e) Na atualidade, que tipo de ações a secretaria tem desenvolvido no parque?
- f) A secretaria atualmente tem alguma ação que envolve a participação da população local? (em caso positivo q tipo de ação; em caso negativo o p q de ã ter essas ações)

Objetivo Específico

Diagnosticar as principais alterações que a criação do PEPB trouxe para a vida dos araruenses.

- a) Houve alguma mudança no trabalho realizado pela segurança pública do município, depois da criação do parque?
- b) A criação do PEPB gerou algum problema ambiental para o município de Araruna/PB? Por quê?
- c) A criação do parque trouxe alguma mudança relacionada à cultura e ao lazer da população local? E para os visitantes?

Objetivo Específico

Identificar o que representa o parque para a população de Araruna/PB.

- a) Na sua perspectiva, o que o parque representa para a população de Araruna?
- b) A população local frequenta o parque? (caso positivo, quando? caso negativo, por que será que não frequentam?)
- c) Na visão do senhor/a, o que o parque trouxe de bom, de positivo, para a população local?
- d) E o que a criação do parque prejudicou, o que foi negativo, para a população local?

ANEXO B

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UEPB-UFCG**

As perguntas a seguir têm por objetivo compreender a contribuição da criação do Parque Estadual Pedra da Boca, para a melhoria da qualidade de vida da população de Araruna/PB. As respostas obtidas têm a finalidade única e exclusiva de responder as questões de pesquisa consideradas pertinentes a este estudo. Obrigado pela sua participação!

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SOCIEDADE CIVIL E TERCEIRO SETOR

Objetivo Específico

Entender o envolvimento da população de Araruna/PB com a criação do PEPB.

1. Como se deu o processo de criação do parque?
2. Quais os setores (público, privado, terceiro setor, etc.) participaram da criação do parque?
3. A população local foi envolvida neste processo? Como? (afirmativo) ou Por quê? (negativo)
4. Que tipo de ações/atividades o setor público tem desenvolvido no parque?
5. Como o setor público tem trabalhado para envolver a população local nas ações/atividades do parque?
6. Tem ou já teve algum tipo de avaliação para saber como a população local avalia a criação e o andamento do parque?

Objetivo Específico

Diagnosticar as principais alterações que a criação do PEPB trouxe para a vida dos araruenses.

- a) Houve alguma mudança no trabalho realizado pela segurança pública do município, depois da criação do parque?
- b) A criação do PEPB gerou algum problema ambiental para o município de Araruna/PB? Por quê?
- c) A criação do parque trouxe alguma mudança relacionada à cultura e ao lazer da população local? E para os visitantes?

- d) Que precauções o setor público adotou para que a criação do parque não compromettesse a qualidade de vida da população local?

Objetivo Específico

Identificar o que representa o parque para a população de Araruna/PB.

- a) Na sua perspectiva, o que o parque representa para a população de Araruna?
- b) A população local frequenta o parque? (caso positivo, quando? caso negativo, por que será que não frequentam?)
- c) Na visão do senhor/a, o que o parque trouxe de bom, de positivo, para a população local?
- d) E o que a criação do parque prejudicou, o que foi negativo, para a população local?